



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
CAMPUS UNIVERSITÁRIO DO MARAJÓ-BREVES
FACULDADE DE SERVIÇO SOCIAL

ROSIANE PEREIRA DOS SANTOS

MULHER QUILOMBOLA, SÍMBOLO DE RESISTÊNCIA
E PROTAGONISMO: um estudo no quilombo de São Tomé de Bracinho do Icatu Baião-Pará

BREVES-PARÁ
2024

ROSIANE PEREIRA DOS SANTOS

MULHER QUILOMBOLA, SÍMBOLO DE RESISTÊNCIA
E PROTAGONISMO: um estudo no quilombo de São Tomé de Bracinho do Icatu Baião-Pará

Trabalho de Conclusão de Curso, apresentado à banca examinadora da Faculdade de Serviço Social como requisito parcial para a obtenção do título de bacharela em Serviço Social, pela Universidade Federal do Pará.

Orientadora: Prof^a Dr^a Christiane Pimentel e Silva.

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) de acordo com ISBD
Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Pará
Gerada automaticamente pelo módulo Ficat, mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

S237m Santos, Rosiane Pereira dos.
Mulher quilombola, símbolo de resistência e protagonismo:
estudo no quilombo de São Tomé de Bracinho do Icatu Baião-
PA / Rosiane Pereira dos Santos. — 2024.
69 f.

Orientador(a): Prof^ª. Dra. Christiane Pimentel e Silva
Trabalho de Conclusão (Graduação) - Universidade Federal
do Pará, Campus Universitário de Breves, Faculdade de Serviço
Social, Breves, 2024.

1. Mulher quilombola . 2. Resistência . 3. Protagonismo . 4.
Quilombo. 5. Gênero. 6. Classe. 7. Raça. 8. Etnia . I. Título.

CDD 362.83098115

ROSIANE PEREIRA DOS SANTOS

MULHER QUILOMBOLA, SÍMBOLO DE RESISTÊNCIA E PROTAGONISMO:
estudo no quilombo de São Tomé de Bracinho do Icatu Baião-Pará

Trabalho de Conclusão de Curso, apresentado à banca examinadora da Faculdade de Serviço Social como requisito parcial para a obtenção do título de bacharela em Serviço Social, pela Universidade Federal do Pará.

Orientadora: Profª Drª Christiane Pimentel e Silva.

Data de aprovação: 05/12/ 2024

Conceito: Excelente

Banca Examinadora:

Profª Drª Christiane Pimentel e Silva – UFPA.
Orientadora

Profª Drª Merize de Jesus da Silva Américo – UFPA.
Examinadora Interna

Karla Jamilly de Souza e Silva – Assistente Social.
Examinadora Externa

In memoriam, aos pretos e pretas velhas que deram seu sangue para a existência de seus sucessores, exclusivamente em memória de minha mãe: Maria Pereira dos Santos. A dona de minhas superações e dos meus aprendizados que me tornou a mulher que sou. Meu exemplo de protagonismo e resistência.

AGRADECIMENTOS

A minha genitora, Maria Pereira dos Santos, que já não se encontra mais entre nós, mas que tenho a certeza de onde quer que esteja transborda de alegria pela minha realização profissional. Seus ensinamentos foram de grande valia para a realização dos meus sonhos. Meu eterno amor! Aos meus filhos que sempre me apoiaram e ajudaram nesta árdua caminhada: Josiane, Josias, Jaqueline e Tais, ao pai de meus filhos Alexandre Tomé que foi um grande parceiro de suma importância para a realização desta conquista. Aos meus irmãos: Aurea, Joelson e Simão, que me reconhece por ser única da família a ingressar no espaço acadêmico em que me torno o orgulho para eles.

Aos meus amigos que sempre tiveram ao meu lado, com imenso carinho a Fran, que me ajudou bastante dando-me suporte tanto na academia como em qualquer outra coisa que precisasse estava sempre a disposição, a Nara que abriu os braços ao me acolher em seu lar no qual fui muito bem recebida e tratada, a Monique pelos momentos compartilhados principalmente os momentos das resenhas (diversão), a Inês que no decorrer do curso nos tornamos grandes amigas e a Verônica pelos momentos que vivemos e demos muitas risadas juntas, assim como os intensos momentos de troca de conhecimentos, levo todas vocês em meu coração.

Aos meus colegas de turma 2019 bacharelado em Serviço Social que compartilharam seus conhecimentos e agregaram para a minha formação profissional e pessoal.

Quero também aqui agradecer a minha comunidade e aos companheiros de lutas encasáveis dos quais fazem parte da minha trajetória de vida tanto pessoal quanto social, ocupar os espaços da academia não é só uma vitória minha, mais a vitória de todo um povo que sempre foi segregado dos seus direitos mais básico como a educação formal de qualidade tendo que enfrentar todas as formas de preconceito e racismo para ocupar esses espaços.

Agradecer as participantes da pesquisa que nos agradeceram com os seus conhecimentos, e contribuíram de forma excepcional para a construção e realização deste trabalho que com certeza foi escrito através de uma leitura crítica sobre a realidade vivida, tanto pela pesquisadora quanto pelas suas companheiras de luta no reconhecimento do protagonismo da mulher quilombola na sociedade brasileira.

Aos meus mestres da faculdade de Serviço Social, que sempre acreditaram no meu potencial e deram suporte valiosos de conhecimentos e trocas de saberes para a minha formação profissional, desde o primeiro dia de aula até sua conclusão no reconhecimento de um espaço que se tornou para mim um divisor de águas, em especial a Prof^a Dr^a Merize de Jesus da Silva

Américo pela amizade e momentos vivenciados, a Karla Jamilly, minha orientadora de estágio que muito contribuiu com as trocas de conhecimentos.

Com carinho infinito a minha orientadora, Prof^a Dr^a Christiane Pimentel e Silva, que me deu norte e apoio para a escrita deste trabalho, gratidão pelo reconhecimento, carinho e amizade que sempre dedicou a mim, por sua gentileza e dedicação, que tem todo o meu respeito por esta excelente profissional que é. Foi como a resistência da ancestralidade. Na expertise, calma e leveza, mas pela permanência de sua dedicação trouxe a força de conduzi-me até a resistência e o protagonismo a cada conceito o objetivo da minha vida, a busca de agregar conhecimento.

Todo isso só foi possível há ser realizado pela minha dedicação e com o apoio de todos os envolvidos, reconheço que o mérito é meu, mas sem o apoio dos envolvidos seria quase que impossível para esta realização, da qual estou estonteante emocionada, pois para nós quilombola isso não é só uma formação, mais sim, um reconhecimento pelas lutas de nossas ancestralidades, ou seja, e um misto de sentimentos. No movimento social sempre costumamos dizer que “uma varinha é fácil de quebrar, mais várias varinhas juntas jamais serram quebram”, isso nos faz reviver que é necessário “resistir para existe” (movimento social quilombola).

Ninguém ouviu	Quando pode
Um soluçar de	cantar Canta de dor
dor No canto do	Ô, ô, ô, ô, ô, ô
Brasil Um	Ô, ô, ô, ô, ô, ô
lamento triste	Ô, ô, ô, ô, ô, ô
Sempre ecoou	Ô, ô, ô, ô, ô, ô
Desde que o índio guerreiro	E ecoa noite e
Foi pro cativo	dia É
E de lá cantou	ensurdecido
Negro entoou	Ai, mas que agonia
Um canto de revolta pelos	O canto do
ares Do Quilombo dos	trabalhador Esse
Palmares Onde se refugiou	canto que devia
Fora a luta dos	Ser um canto de
inconfidentes Pela quebra	alegria
das correntes Nada	Soa apenas como um soluçar de
adiantou	dor Ô, ô, ô, ô, ô, ô
E de guerra em	Ô, ô, ô, ô, ô, ô
paz De paz em	Ô, ô, ô, ô, ô, ô
guerra	Ô, ô, ô, ô, ô, ô
Todo o povo dessa terra	(Compositor Mauro Duarte)

Era criança, acanhada com as minhas características fenotípicas, estranhava todo que vinha de mim! E me admirava das pessoas brancas, pois, sempre me ensinara que ser preta era ruim! E cresci acreditado que tudo em mim era ruim, mas um certo dia, não entedia, ao ouvir a melodia invocada dos rufos dos tambores, fizeram com que meus pés não parassem no lugar e comecei a dança, pois era e minha ancestralidade falando mais alto dentro mim, ai fui perceber que tudo em mim era extraordinário. Perdi a vergonha, e comecei a desfila com a minha cor de pele preta, exuberante, meu cabelo de rainha das Áfricas, meus costumes e culturas, que só meu povo preto tem. Aprendi a grandeza de meus ancestrais, e esse dia foi o dia mais feliz de minha vida, pois, foi o dia que me apropriei da minha identidade, da minha ancestralidade, do meu lugar de fala, do meu pertencimento. (Autoria de Rosiane Pereira dos Santos)

[...] Meu pai me ensinou o tempo da piracema, o tempo do florir, o tempo do fruto...o trabalho pro outro não produz a comunidade [...]. (Tia Cecilia, 89 anos, quilombo de Tambaí-Açú, Relatório Putirum 2021).

RESUMO

O trabalho de conclusão de curso apresenta os resultados de uma pesquisa com o objetivo de descrever a análise sobre o processo de resistência e protagonismo da mulher quilombola no Quilombo de São Tomé de Bracinho do Icatu Baião-PA. Em 2009, A comunidade passa a ser reconhecimento como Remanescente de Quilombo. Para tanto, selecionamos cinco mulheres que foram entrevistadas, afim de entender as realidades vividas por elas. Assim, como o processo de construção histórica e das relações de interseccionalidade de gênero, classe e raça-etnia. Além da formação brasileira. As formas conceitual da pesquisa dialogaram com bibliografia de autores pretos como Lélia Gonzalez, sob a ótica das teorias e experiências do materialismo histórico-dialético de Karl Marx. A metodologia da pesquisa se pautou na construção de um ensaio da pesquisa-ação baseado nos estudos de Kurt Lewin. Essa abordagem não se limita a uma revisão teórica, mas busca a resolução de problemas sociais, considerando que um grupo deve ser analisado em sua totalidade, e não a partir de um denominador comum. Pautamos a investigação nas fontes da oralidade das entrevistadas e nas obras que retratam esta temática, como Pinto, Rocha, Barbosa, entre outros que nos ajudaram a dar fundamentação teórica a esta trabalho. Dos resultados, podemos destacar os relatos e as vivências das mulheres quilombolas, que partiu de uma abordagem de observação do cotidiano e de escuta atenta às suas vozes, com o objetivo de descrever, por meio das palavras, as realidades e impressões desse lugar, que são permeadas tanto por experiências individuais quanto coletivas.

Palavras-chave: Mulher quilombola; Resistência; Protagonismo; Quilombo; Gênero, Classe Raça; Etnia.

ABSTRACT

This undergraduate thesis presents the results of a study aimed at analyzing the resistance and protagonism of quilombola women in the São Tomé de Bracinho do Icatu Quilombo, Baião-PA. In 2009, the community was officially recognized as a Quilombo Remnant. For this purpose, five women were interviewed to understand their lived realities, as well as the historical construction processes and the intersections of gender, class, and race-ethnicity, alongside the broader context of Brazilian social formation. The conceptual framework of the research engaged with works by Black authors such as Lélia Gonzalez, through the lens of the historical-dialectical materialism theories of Karl Marx. The research methodology was based on the development of an action-research essay inspired by Kurt Lewin's studies. This approach transcends theoretical review by addressing social problems, considering that a group must be analyzed in its totality rather than through a common denominator. The investigation relied on the rich oral narratives of the interviewees and on works that explore this theme, including those of Pinto, Rocha, Barbosa, among others, which provided the theoretical foundation for this study. The results highlight the narratives and lived experiences of quilombola women, derived from observing daily life and attentively listening to their voices, with the goal of portraying through words the realities and impressions of this community, which are shaped by both individual and collective experiences.

Keywords: Quilombola women; Resistance; Protagonism; Quilombo; Gender, Class, Race; Ethnicity.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABEPSS	Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social
ARQSBI	Associação Remanescente de Quilombola São Tomé de Bracinho do Icatu
CFESS	Conselho Federal de Serviço Social
CONAQ	Coordenação Nacional de Articulação das comunidades Negras Rurais Quilombolas
CRESS	Conselho Regional de Serviço Social
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
MALUNGU	Coordenação das Associações das Comunidades Remanescente de Quilombo da Pará

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	13
2	A MULHER NEGRA QUILOMBOLA: INTERSECCIONALIDADES DE CLASSE, GÊNERO E ETNIA.....	17
2.1	A mulher negra na formação sócio-histórica brasileira.....	17
2.2	O conceito de quilombo e sua constituição histórica na região do baixo tocantins.....	24
2.3	A mulher quilombola.....	27
3	A RESISTÊNCIA DAS RAÍZES E ANCESTRALIDADE QUILOMBOLAS.....	30
3.1	Metodologia.....	30
3.2	Território e territorialidade.....	33
3.3	Meu território, minha casa.....	39
3.4	Respeite meu lugar de fala: protagonismo, histórias e identidade.....	43
4	CONCLUSÃO.....	58
	REFERÊNCIAS.....	61
	APÊNDICE A – TCLE.....	63
	APÊNDICE B – ROTEIRO DE ENTREVISTA.....	66
	APÊNDICE C – FOTOGRAFIAS COLETIVO DE MULHERES.....	68

1 INTRODUÇÃO

O trabalho discorre sobre o processo de resistência e protagonismo da mulher quilombola na comunidade de São Tomé de Bracinho do Icatu, localizada na Amazônia Tocantina, no Estado do Pará. A pesquisa teve origem na inquietação da autora em entender o espaço de pertencimento, resistência e protagonismo da mulher como sujeito histórico. Surgiram questionamentos acerca desse espaço de vivência, especialmente considerando sua experiência pessoal na comunidade, a partir do ano de 1996¹, quando ainda não havia o reconhecimento como comunidade quilombola. Naquele período apenas a igreja e a escola representavam os movimentos sociais no território.

Minha vida não foi fácil, como ocorre com muitas mulheres pretas e de etnias consideradas marginalizadas no contexto da sociedade brasileira. Vivenciei inúmeras formas de preconceito e racismo, além da violência do machismo e sexismo que estão impregnados em nossa sociedade. Enfrentei meus medos e receios, estudei, e hoje sou a primeira de quatro irmãos a ingressar nos espaços acadêmicos. Tenho ainda duas filhas cursando o ensino superior em universidades públicas, por meio das políticas afirmativas de cotas quilombolas. Para mim e para o quilombo, isso é motivo de orgulho, pois ver as futuras gerações alcançando novos voos representa a sensação de dever cumprido.

Por ser uma pessoa ativa e com uma boa interação com o público, passei a ser chamada para participar de ações promovidas pela igreja, pela associação da comunidade e por encontros de formação, além de me engajar nas lutas por direitos quilombolas e na busca por políticas públicas e afirmativas em favor do nosso povo.

Ao perceber-me nesse espaço de pertencimento, notei o impacto que mulheres como eu podem ter ao se tornarem exemplos de vida para outras, principalmente para as mulheres mais jovens. Por meio de histórias vividas, outras mulheres são inspiradas a se empoderarem e a desbravarem novos caminhos, além daqueles tradicionalmente apresentados ao longo de nossa constituição histórica.

¹ SANTOS, Rosiane Pereira: autora deste trabalho não é oriunda da comunidade, suas origem familiar são de uma localidade vizinha do quilombo de Bracinho do Icatu, que é o quilombo de Engenho, quando diz que sua vivência começou nos anos de 1996, foi quando a mesma casou-se com o seu ex-companheiro que é oriundo desta comunidade, para tanto a mesma tem origem quilombola por três territórios: engenho, Icatu e Umarizal, seus parente paterno são originários desses lugares, isento a mãe que oriunda apenas do quilombo de engenho.

Evaristo (2022) em uma entrevista, apresenta a aglutinação dos termos “escrever” e “vivência”, criando a palavra “**escrevivência**”, que dá sentido ao pluralismo entre os sujeitos. Segundo ela, esse conceito demonstra “a força motriz de mulheres negras escravizadas que nos antecederam”. Evaristo explica ainda que “a escrevivência não é a escrita de si, porque esta se esgota no próprio sujeito. Ela carrega a vivência da coletividade”.

Pontuamos essa vivência, da mulher preta e quilombola porque, mesmo com nossa individualidade, muitas experiências são vividas, compartilhadas e celebradas na coletividade. A luta de um passa ser a luta de todos; a vitória de um se transforma na vitória de todos. Assim, há uma continuidade no fortalecimento coletivo que permeia nossas relações e nossas conquistas.

Ao escrever este trabalho, vivenciei um processo desafiador e ao mesmo tempo prazeroso. Foi necessário adotar uma visão de pesquisadora enquanto me entrelaçava com a mulher preta e quilombola que sou. Enfrentei momentos de desgaste físico e emocional, especialmente durante as entrevistas com as mulheres participantes da pesquisa, um dos momentos mais emocionantes do estudo. Nesses encontros, foi revivermos nossas lutas e os desafios que enfrentamos como povo quilombola para garantir nossos direitos e a cultura de nossa ancestralidade. Essas histórias, emaranhadas às vivências das mulheres líderes e oriundas de lideranças que acreditaram na transformação social, nos remetem a obstáculos excessivos e sentimentos de revolta pelas desigualdades e preconceitos vivenciados por nós no cotidiano. Reviver nossa história de vida comunitária nos faz mergulhar nas lembranças que misturam indignação com orgulho.

A experiência de se manter pesquisadora e, simultaneamente, participante desse processo trouxe ensinamentos valiosos. Contudo, também trouxe a sensação de impotência ao constatar como as relações de poder capitalistas, ainda nos oprimem, segregam e tentam silenciar nossas vozes. Apesar disso, a pesquisa reafirmou nossa certeza de que, unidas, temos a capacidade de propagar nosso protagonismo, inspirando outras mulheres a se reconhecerem e alcançarem suas potencialidades.

A pesquisa buscou compreender o processo de resistência na constituição histórica da mulher preta e da mulher quilombola no contexto da sociedade brasileira, com a ênfase no protagonismo dessas mulheres nas esferas sociais, econômicas, políticas e culturais. Investigou também a construção histórica das relações de gênero, classe e raça-etnia, pautando-se nas experiências, demandas, estratégias, iniciativas e percepções das mulheres quilombolas como protagonistas de sua própria história.

Observa-se que as mulheres conquistam espaço e fazem suas vozes serem ouvidas, ocupando lugares que antes lhes eram negados. Hoje, lideram em diversas esferas, como na política, nas associações, nos movimentos religiosos e nos coletivos femininos, sendo respeitadas como lideranças dentro de seus quilombos.

Ao abordar essa temática, buscou-se também compreender de que maneira o poder público responde aos desafios enfrentados pelas mulheres quilombolas e quais estratégias de promoção de seu protagonismo têm sido desenvolvidas para atender suas demandas específicas. A interação entre os movimentos sociais de mulheres e as bandeiras de luta, como o acesso às políticas sociais, intensifica os debates e questiona os direitos muitas vezes negligenciados pelo poder público.

Com a formação em Serviço Social, foi possível perceber e dialogar sobre como os desafios e demandas dessas mulheres podem ser tratados por meio de políticas de assistência social. Essas políticas precisam ser voltadas especificamente para um público que tanto necessita de ações públicas afirmativas. Este trabalho, além de apresentar o contexto histórico das mulheres quilombolas, evidencia suas necessidades enquanto sujeitos de direitos. Demandam atenção especial por parte do poder público, desde os aspectos mais básicos até a garantia integral de seus direitos constitucionais.

O objetivo geral foi traçado para dar norte à pesquisa, calcado na dinâmica de compreender as percepções, experiências e demandas das mulheres quilombolas no Quilombo de Bracinho do Icatu, considerando analisar o papel desempenhado por elas no processo de resistência e protagonismo feminino, bem como na construção de uma sociedade mais justa e igualitária.

Os objetivos específicos aprofundam-se na constituição histórica do ser mulher e ser quilombola, com destaque ao protagonismo das condições sociais, econômicas, políticas e culturais no quilombo. São analisadas as estratégias e iniciativas autônomas desenvolvidas pelas mulheres quilombolas para fortalecer sua participação e influência na comunidade, compreendendo suas práticas e estratégias adotadas para confrontar os desafios cotidianos dessas mulheres.

O trabalho está estruturado em duas seções principais:

A primeira seção, intitulada a “Mulher negra e a mulher quilombola: interseccionalidades de classe, gênero e etnia” que se subdivide em três itens:

- O primeiro item enfatiza o papel da mulher negra e quilombola na formação sócio-histórica da sociedade brasileira. Pontua a compreensão da interseccionalidade

entre gênero, classe e etnia, evidenciando como essas dimensões se entrelaçam nas vivências e lutas femininas ao longo da história. A Análise revela que as vivências e experiências de mulheres, tanto em nossa sociedade como em sociedades passadas, não são homogêneas; variando conforme os contextos históricos e sociais, mas convergem para a busca coletiva de melhores condições de vida e sociabilidade, incluindo os direitos sociais.

- O segundo item discute o conceito de Quilombo e sua constituição histórica na região do Tocantins.
- O terceiro item aborda a participação da mulher quilombola no contexto de organização dos espaços de pertencimento, baseando-se em saberes herdados da ancestralidade que fortalecem a sua identidade e resistência.

A segunda seção, intitulada, “A Resistência das Raízes e Ancestralidade Quilombolas”, subdivide-se em quatro itens:

- O primeiro item apresenta as metodologias utilizadas, com destaque para a pesquisa-ação baseada nos estudos de Kurt Lewin (1946). Essa abordagem ultrapassa a revisão teórica ao buscar a resolução de problemas sociais, analisando o grupo como uma totalidade, e não a partir de um denominador comum.
- O segundo item, aborda Território e Territorialidade, pontuando os processos de construção, organização e manutenção necessários para preservar os territórios quilombolas.
- O terceiro item discute o território como espaço de pertencimento, apresentando uma cronologia da comunidade desde sua criação até a atualidade. São pontuados os marcos históricos da comunidade e as pessoas responsáveis por essa construção.
- O quarto item expõe os resultados das entrevistas realizadas com as participantes da pesquisa. Os relatos destacam vivências permeadas por experiências tanto individuais quanto coletivas, trazendo à tona os desafios e as conquistas das mulheres quilombolas.

Nas considerações finais, emergem reflexões sobre importantes questões: o papel da mulher preta e quilombola no contexto da sociedade brasileira; a interseccionalidade entre gênero, classe e raça-etnia; a atuação do poder público nos territórios quilombolas; e as vivências e desafios enfrentados por essas mulheres. Destaca-se a necessidade de maior atenção

às demandas específicas dessas mulheres, considerando sua luta por direitos, preservação do patrimônio cultural e fortalecimento do protagonismo coletivo.

2 A MULHER NEGRA QUILOMBOLA: INTERSECCIONALIDADES DE CLASSE, GÊNERO E ETNIA

2.1 A mulher negra na formação sócio-histórica brasileira

No processo social-histórico da formação brasileira, compreende-se que a mulher sempre apareceu apenas como pano de fundo em um processo de construção social da qual sincretiza a sua importância na dinâmica da dialética formativa das sociedades.

É neste contexto marcado pela segregação de gênero que perpassam por diversos fatores como a própria divisão social do trabalho, baseada no patriarcado, no racismo, no sexismo, entre outros elementos que contribuem para descaracterizar o sujeito mulher, como sujeito de direitos e protagonistas de sua própria história.

Ao abordar o tema da interseccionalidade, trazemos elementos de fundamental importância para compreender as diversas dimensões do processo de luta contra a opressão, segregação e desigualdade de gênero, classe social, raça e etnia. Além disso, se entende a perspectiva de compreensão das ações feministas na conjuntura da dialética de construção das bandeiras de lutas em prol da resistência do protagonismo feminino em uma conjuntura social, econômica, política e cultural.

A interface da interseccionalidade revela que as vivências e experiências de mulheres, tanto em nossa sociedade como em sociedades passadas, não são homogêneas; elas diferem em seus processos históricos de luta e construção. Em cada contexto, há particularidades na busca da unidade do bem-estar da coletividade.

O conceito interseccional, demonstra a inter-relação entre a identidade de gênero, classe, raça e etnia e o feminismo que culminam entre as suas vivências e a construção de cada período histórico.

Tal conceito é uma sensibilidade analítica, pensada por feministas negras cujas experiências e reivindicações intelectuais eram inobservadas tanto pelo feminismo branco quanto pelo movimento antirracista, a rigor, focado nos homens negros [...]. A interseccionalidade visa dar instrumentalidade teórico-metodológica à inseparabilidade estrutural do racismo, capitalismo e cisheteropatriarcado, produtores de avenidas identitárias em que mulheres negras são repetidas vezes atingidas pelo cruzamento e sobreposição de gênero, raça e classe, modernos aparatos coloniais (Akotirene, 2012, p 14).

Compreende-se que, na construção da sociedade brasileira, a mulher negra sempre enfrentou segregações e opressões que não foram vivenciadas por outros seguimentos da sociedade, como por exemplo, as mulheres brancas, consideradas parte da classe hegemônica. O estudo do conceito de interseccionalidade nos ajuda a entender a dialética do processo histórico de formação dos elementos que compõem a nossa sociedade revelando o que foi ontem e o que é hoje.

Entre os estudos sobre a dinâmica de enfrentamento das bandeiras de luta feminista, destaca-se o pensamento de Gonzalez, citado por Cardoso (2014), que descreve a negligência em relação às “vozes e o conhecimento de mulheres não brancas”. Reconhece-se, hoje, a importância das contribuições intelectuais de mulheres pretas, como a autora em destaque, para o legado que inspirou novas gerações de mulheres e homens pretos a não se conformarem com o ideário da dialética histórica da sociedade brasileira.

Embora o nosso trabalho não vise aprofundar a temática, considera-se necessário abordá-la para uma melhor compreensão do processo de luta e de resistência de mulheres negras e não negras nos espaços de pertencimento. Neste trabalho, o foco é a comunidade quilombola de São Tomé de Bracinho do Icatu, localizada na região da Amazônia Tocantina, no Estado do Pará. O objetivo é entender como essas mulheres se constituem e se desenvolvem como sujeitos atuantes no dinamismo de organização e manutenção de seus espaços de pertencimento do qual a autora deste trabalho também faz parte.

Com essa perspectiva, Cardoso (2014), ao destacar o pensamento de Gonzalez, define que o feminismo negro tem muito a contribuir para as bandeiras de luta, promovendo e ampliando a compreensão do “feminismo tradicional” em relação ao conceito de interseccionalidade. Isso busca agregar conhecimento e enfatizar a importância de todas as mulheres, considerando suas múltiplas vivências e lutas para a constituição de uma sociedade que almejem a igualdade de todos os povos que a compõem.

É nesse movimento de classe, raça e etnia que se configuram as observações das experiências de gêneros, em que mulheres de diferentes contextos sociais enfrentam os desafios e as desigualdades que lhes são impostas por uma sociedade marcada pelo patriarcado e pelo poder capitalista, assim como, por uma herança colonial.

Ao fazer um recorte histórico, nos deparamos sobre essas imparcialidades que enfrentamos na dialética de nossa construção, ao mesmo tempo que interferem contribuem nas estratégias de organização, e essas formas de manter o espaço são aprendizados que são passados de nossos pretos e pretas velhas que tiveram a maestria de deixar os seus legados para as gerações que os sucederam, observamos o quanto esses conceitos interferem e contribuem

para as experiências e estratégias de organização desenvolvidas em nossos territórios com a reafirmação de nossas identidades culturais.

O que reafirmamos que as mulheres sempre estão a frentes destes movimentos tanto na construção como na manutenção destes espaços de vivência. Para fazer uma relação a esses conceitos descritos acima tentaremos apresentá-los de forma que nos ajude a fazer uma compreensão contextual dos elementos destacados.

Oliveira (2021), através do pensamento de Quijano (2005), define que o conceito de raça é uma hierarquização de dominação entre as relações de poder e submissão:

Na América, a ideia de raça foi uma maneira de outorgar legitimidade às relações de dominação impostas pela conquista. A posterior constituição da Europa como nova identidade depois da América e a expansão do colonialismo europeu ao resto do mundo conduziram à elaboração da perspectiva eurocêntrica do conhecimento e com ela à elaboração teórica da ideia de raça como naturalização dessas relações coloniais de dominação entre europeus e não-europeus. Historicamente, isso significou uma nova maneira de legitimar as já antigas ideias e práticas de relações de superioridade/inferioridade entre dominantes e dominados (Oliveira, 2021, p. 73).

Compreender como o conceito de raça foi sendo incorporado à dinâmica das relações de exploração na formação sócio-histórica de nosso país, nos permite entender o quanto seguimentos como o povo negro, indígena e asiático, reconhecidos como grupos inferiores pelo pensamento eurocêntrico, sofreram e ainda sofrem o peso do racismo em todas as suas formas de discriminação. E neste ideário, a mulher preta é a mais violentada e oprimida, dentro de um sistema de exploração e opressão que utiliza marcadores sociais baseados em gênero, raça/etnia, classe social². Ninguém melhor do que a mulher negra para contribuir com as análises sobre a violação de seu corpo que é violentado e agredido em uma sociedade que dificulta a sua emancipação humana, como explica Gonzalez (2020, p. 58) *apud* Junior e Lira (2022), p. 113):

Ser negra e mulher no Brasil, repetimos, é ser objeto de tripla discriminação, uma vez que os estereótipos gerados pelo racismo e pelo sexismo a colocam no nível mais alto de opressão. [...] ela se volta para a prestação de serviços domésticos junto às famílias das classes média e alta da formação social brasileira. Enquanto empregada doméstica, ela sofre um processo de reforço quanto à internalização da diferença, da subordinação e da “inferioridade” que lhe seriam peculiares.

²Outras opressões que também podem emergir são o etarismo, o capacitismo, a gordofobia etc.

A obra “Ensaaios sobre racismo: pensamento de fronteira” reúne diversos autores (as) que apresentam várias reflexões sobre o conceito de raça e racismo. A importância de compreendê-lo, não é apenas teórica, na medida em que, o racismo é usado para agredir, julgar e matar as pessoas pretas de nossa sociedade, como descreve Ribeiro (2019, p. 04):

Viver em um país onde a cor da pele garante benefícios para uns e condena outros à exclusão, privação e sofrimento [...], onde as mulheres negras continuam sendo as vítimas mais afetadas pelas formas mais letais de violência, onde as portas da ascensão social estão quase sempre fechadas para os negros, onde o acesso à escola de qualidade é privilégio da elite que perpetua padrões de exclusão [...] entre tantos outros problemas, impede uma visão de futuro baseada na justiça, no respeito entre as pessoas, na interdependência saudável entre os seres humanos.

Neste contexto, convém lembrar que o Brasil foi o último país do mundo a aderir a “abolição a escravidão”, no que acreditamos que esse processo mais escravizou do que libertou. Mamigonian (2011) revela que apesar da promulgação da Lei de 1850 (Lei Eusébio de Queiroz), que proibia o tráfico de escravizados africanos para o Brasil, e da Lei de 1871 (Lei do Ventre Livre), que previa que os filhos de mulheres escravizadas seriam livres, a escravidão foi mantida no país. Isso remeteu a uma falsa sensação de liberdade, que reforça a violência dos mecanismos internos do racismo contra o povo negro.

Carvalho (2006) explica que com a formação da força de trabalho capitalista no Brasil e o processo de transição do regime escravocrata brasileiro para a economia baseada no assalariamento, o poder público regulamentou a posse das propriedades aos latifundiários através da Lei de Terras de 1850, transformando a terra em uma mercadoria de compra e venda, tornando inacessível aos negros ex-escravizados e tornados “trabalhadores livres”.

Ainda a partir de Carvalho, compreende-se que no próprio processo de criação do trabalhador livre e despossuído dos meios de produção na realidade brasileira, segmentou a classe trabalhadora entre pessoas negras e não negras. Pessoas negras que até 1888 constituíam a principal força produtiva do país, foram excluídas da formação da força de trabalho tipicamente capitalista assalariada, compondo a população sobrando para os fins capitalistas: pessoas negras passavam a se tornar pessoas sem empregos, ou em situações consideradas de subempregos, que oscilavam entre a legalidade e ilegalidade, como ambulantes. Enquanto que foram criadas diversas legislações para consolidação do embranquecimento da força de trabalho assalariada a partir de políticas de imigração, como o Decreto nº 528/1890.

Carvalho expõe ainda que a população negra, tornada compulsoriamente força de trabalho excedente, passou a ser criminalizada em sua miserabilidade. Para a autora, a

constituição da criminalização da vadiagem pelo Código Penal de 1889, garantiu um ordenamento em que considerava crime não possuir moradia, não ter meios de reproduzir sua própria subsistência material, o que atingia diretamente a população negra que havia sido “descartada” como um objeto de uso que não servia mais. Isso fortaleceu ainda mais as formas de racismo em nossa sociedade. Segundo Diallo (2019, p. 6):

O racismo como constructo ideológico, tal e qual o conhecemos na atualidade, tem sua gênese no século XVI. Sendo inicialmente um conjunto de ideias e valores, produzidos pelas sociedades europeias, ao entrar em contato com a diversidade humana dos diferentes continentes, rapidamente tornou-se um corpo teórico sustentado por diferentes teorias científicas, em torno do conceito de raça, no qual se consolidou a concepção da hierarquização dos grupos humanos, a partir dos seus pertencimentos fenotípicos e culturais.

A obra descrita a cima tem o intuito de apresentar discussões sobre o conceito de raça e racismo com a lógica de mostra que é necessário e constante a luta contra todas as formas de racismo com a objetividade de compreender e repensar os “reflexos” e “prejuízo” que essa ação histórica causam em nossa atualidade.

No entanto, compreende-se que o conceito de “raça ou raças” nasce de uma ideologia eurocêntrica que fortalece a segregação e exploração entre os homens em várias camadas do contexto histórico e não de uma noção natural de ser humano, em que a mulher como sujeito histórica também vivencia esta segregação e exploração que é imposta aos sujeitos históricos.

Tendo como referência e influência as ideias de Frantz Fanon, Lélia Gonzalez procurou similaridades nos diversos contextos da diáspora negra de forma a desenvolver explicações em comum para abordar o racismo, bem como recuperar as estratégias de resistência e luta das mulheres negras e indígenas, visando seu registro como protagonistas e sujeitos históricos. Um dos principais traços do pensamento de Fanon, que identifico na obra de Lélia, diz respeito à abordagem dos danos psicológicos causados pela relação de dominação/exploração entre colonizador e colonizado (Cardoso, 2014, p. 968).

Quando trazemos esta temática para a discussão queremos fortalecer a reflexão sobre esta releitura da realidade vivida que acaba sendo uma forma de seletividade e discriminação entre os povos, de forma que na pirâmide da construção histórica os povos que estão a margem da sociedade são os mais prejudicados.

É neste contexto, que Gonzalez (1935-1994) fala do “mito da democracia racial”, que enfatiza a discrepância entre mulheres e homens que ocupam os mesmos espaços, mas se diferem quando falamos de direitos e espaços de pertencimento, que nesta dinâmica as mulheres

não podem ser tratadas como um grupo homogêneo na dinâmica social, devido suas particularidades de regionalidade, raça/etnia, classe social, entre outras.

É neste ponto que concordamos com Gonzalez, pois, na sociedade brasileira esse elemento se tornou uma falácia, ou seja, uma trapaça que impede a percepção da disparidade entre a população negra e a população não negra, que se constitui como classe dominante. Isso, é visível para pessoas como nós, mulheres pretas e quilombolas, pertencentes a comunidades de povos tradicionais, onde sentimos no dia a dia as discrepâncias nos corpos marginalizados.

Muitos de nossos direitos são distorcidos e negados sobre o sistema de uma elite capitalista, que envolve os ditames dos poderes governamentais e institucionais.

O próprio conceito de democracia registrado para a realidade brasileira, não se objetiva que todas as demandas e direitos sociais sejam igualmente atendidos e viabilizados para todos os segmentos da população. A população negra têm seus direitos negados e violados, como por exemplo, a negação de uma educação de qualidade, voltada às nossas especificidades; o atendimento das demandas de saúde desde a atenção primária aos procedimentos mais complexos; a fragilidade em ofertar o conjunto de programas e ações da política de assistência social para a população negra nas áreas urbanas, e a precariedade acentuada do funcionamento e disponibilidade de serviços e ações para as comunidades tradicionais e áreas rurais. Ou seja, em geral, as políticas públicas e sociais nem sempre “chegam” às populações negras e quando “chegam” não são ofertadas em sua completude, complexidade, regularidade e qualidade.

O pensamento de Gonzalez permite provocar esse debate, pois fala sobre o racismo que incide sobre a vida das populações negras. Essas reflexões, devem nos trazer inquietações para entender como o racismo e o “mito da democracia racial”, enquanto um projeto estruturante de nação do Brasil, nas palavras de Júnior e Lira (2022), se particulariza nas comunidades quilombolas.

Ao trazer o debate sobre a discriminação entre “raça, classe e gênero” os autores trazem a pensamento de Gonzalez que enfatiza sobre a marginalização da mulher preta na sociedade, e que essa ação de discriminação não pode “ser silenciada na compreensão da formação nacional do Brasil”. Assim, como destaca o racismo como “aspecto particular do mito da democracia racial” (Júnior; Lira, 2022).

Neste contexto, a autora discorda e se opõe a ideia de que no Brasil as pessoas negras, pessoas pertencentes às populações originárias e tradicionais convivem harmonicamente com as populações não negras, especialmente quando se tratam de acesso a direitos sociais e políticas. Ao contrário, para a autora, o racismo é um instrumento que reforça as desigualdades sociais, que impede o acesso da população negra às políticas sociais, que contribui para desvalorizar a

cultura, a religião e as tradições de matrizes africanas, além de se constituir como “uma tripla forma de discriminação entre raça, classe e gênero que marginaliza brutalmente as mulheres negras”.

A partir do conceito de “mito da democracia racial” de Lélia Gonzalez, percebe-se que o racismo é o elemento que interfere na realização dos direitos sociais contidos na Constituição Federal de 1988, na medida em que seus mecanismos, permitem a violação desses direitos para os diversos segmentos de populações negras e tradicionais, fazendo emergir expressões da questão social, ampliando vulnerabilidades e desigualdades sociais, que dificultam a concretização das políticas sociais em sua completude e a promoção da emancipação humana através da vivência de direitos básicos.

Ainda sobre o tripé de discriminação constituído em raça/etnia, classe e gênero, refere-se que o cenário de construção da sociedade, sempre foi permeada pelo racismo e pela divisão de classe que atinge com mais severidade o gênero feminino induzindo a desclassificação dos corpos negros. A mulher negra viveu e ainda vive a violência agravada pelo racismo, ela é naturalizada na figura da “doméstica” descrita por Gonzalez, que seria a “mucamas permitidas”, destinadas ao espaço do cuidado, do trabalho no lar. Trabalho este, trabalho não pago em sua própria residência, trabalho com baixa remuneração e sem garantias trabalhistas na residência de famílias de classe média e alta, geralmente constituída de pessoas não negras.

Além dos cuidados e trabalhos mal remunerados atribuídos à mulher negra, Lélia nos fala da hipersexualização dos corpos de mulheres negras, vistos como objetos. Se todos os corpos de mulheres na sociedade burguesa devem ser submetidos e objetificados, tanto de mulheres brancas quanto os de mulheres negras, no caso das mulheres negras, para a autora, seus corpos tornam-se mais ainda objetos, são também objetos do desejo masculino de homens brancos. A violência dessa submissão, é que simbolicamente, a mulher negra é vista como um corpo que pode ser desejado e possuído, mas ela não chega a ser vista como uma pessoa que pode vivenciar o esquema nuclear tradicional da família nuclear burguesa.

Cardoso (2014) ao escrever sobre o pensamento de Gonzalez, pontua que “a opressão, os processos de exclusão e de violência impostos pelo racismo são diferentes para homens e mulheres (Cardoso, 2014, p. 975). O racismo também faz distinção entre os grupos tratados como inferiorizados, pois o patriarcado, é mantido pelo machismo e sexismo, que visam atribuir poder mandatário acima das mulheres através de práticas que estereotipam as mulheres como se fossem sujeitos inferiores, principalmente das classes marginalizadas pela sociedade.

Assim, é através da reflexão sobre gênero, feminismo, classe, raça e etnia, que percebemos as violências construídas e delegadas aos homens no que tem sido resumido como um racismo “cisheteropatriarcado”³. Essas violências que atingem diretamente as mulheres pretas e não pretas, sempre estiveram escondidas como pano de fundo no contexto social, que as impede de alcançar maior visibilidade nos espaços políticos, econômico, relações sociais, trabalhista, cultural e intelectual. Em suma, é através de todo um arcabouço teórico que se compreende que a interseccionalidade apresenta as complexidades das identidades do processo de luta feminista. A partir deste conceito, também podemos entender a relação entre território e territorialidade, que será trabalhado no conceito de quilombo.

2.2 O conceito de quilombo e sua constituição histórica na região do baixo tocantins

A partir da análise sobre o processo histórico colonial, embasado em estudos sobre ao conceito “quilombo”. Rocha (2018) descreve que a palavra deriva da origem africana que significa “acampamento no mato onde se refugiavam os escravos”, é uma palavra com origem na língua quimbundo, predominante na região de Angola.

Já no Brasil ficou definido como primeiro conceito de quilombo no período colonial “toda a habitação de negros fugidos, que passem de cinco, em parte despovoada, ainda que não tenham ranchos levantados e nem se achem pilões nele” (Rocha, 2018, p. 45). Estes espaços eram denominados como quilombo pelos colonizadores. Lembrando que esse conceito se diversifica na análise de estudo de diversos pesquisadores, tendo em seus pontos de vista a forma ideológica de ver este conceito.

Na dinâmica de reflexão sobre a constituição de quilombo na região do baixo Tocantins, vários quilombos foram criados. Segundo Pinto (2010), o quilombo do “Mola ou Itapocu”, foi um dos primeiros a serem criados na extensão territorial da Cidade de Cametá-PA, que foi liderado por Mulheres como “Maria Felipa Aranha e Maria Luiza Piriá”.

Mulheres que são apresentadas como lideranças destes espaços de pertencimento em que é através destes feitos que propiciaram os protagonismos de outras mulheres na dinâmica de construção e organização dos quilombos.

³O termo é composto por três elementos que trazem a compreensão do padrão normativo da sociedade burguesa, a cisgêneridade, a heterossexualidade e o patriarcado.

Contextualiza Pinto (2010, p. 56) que:

No município de Cametá, formou-se às margens do igarapé Itapucu o quilombo do Mola; no município de Mocajuba há indícios do quilombo de Icatu; e, no município de Baião, negros libertos e fugidos se uniram na formação do quilombo de Paxibal. Essas comunidades de fugitivos propiciaram a formação de vários miniquilombo, no Tocantins.

A obra de Pinto apresenta elementos que propiciam um melhor aprofundamento na historicidade e desdobramentos de criação e organização desses lugares que aqui foram apresentados para entendemos a dinâmica deste processo de formação dos quilombos nesta região.

É a partir desses relatos que podemos perceber o quanto os quilombos como o “Mola, Icatu e Paxibal” foram de suma importância para a formação de outros quilombos, como os quilombos de Umarizal, Tabai-Açú, Engenho, São Tomé de Bracinho do Icatu entre outros que existem nesta expansão territorial, em que boa parte se localiza no território do município de Baião- Pará, que através dos estudos feitos no site da Malungu (2023), são o quantitativo de 32 quilombos reconhecidos pela instituição neste município. Sendo que segundo os relatos da representante Tocantina da Malungu, hoje tente-se o equivalente de 84% de comunidade quilombola no município de Baião representado por 37 territórios conforme os levantamento que fizeram.

Já segundo o Censo do IBGE (2022), o “Estado do Pará tem a quarta maior população quilombola do país. No total, são 135.033 pessoas quilombolas, que vivem em 67 municípios” do Estado. Conforme o levantamento do instituto a maior concentração dessas pessoas se encontram no município de Abaetetuba seguido de Baião, na região do baixo Tocantins, sendo Baião o segundo mais populoso referente as pessoas quilombolas. Para tanto, a pesquisa do instituto, através dos dados levantados apresentou as 10 cidades com mais população quilombola no Pará, Abaetetuba com 14,526 quilombolas, Baião 12,857, Cametá 10,135, Oriximiná 9,424, Salvaterra 7,437, Óbidos 6,815, Moju 6,250, Barcarena 5,438, Mocajuba 4,936 e Santarém 4.363. No entanto, as cinco primeiras cidades somam “54,379 quilombolas, que representa 40,27% do total dessas populações”, sendo sua maior parte na região Norte do Estado.

O processo de resistência das mulheres quilombolas das comunidades remanescentes de quilombo, se dão na dialética das relações e dos feitos de mulheres como as descritas acima que enfrentaram os limites e desafios que lhes foram impostos desde de nossa constituição como sujeitos históricos, até a nossa atualidade, das quais nestes espaços de pertencimento passaram

e passam pela contradição do “colonialismo”, o processo de resistência, na região da Amazônia Tocantina, nos apresenta vários quilombos que foram construídos no decorrer de nossa história e liderados por mulheres.

Temos consciência de que, neste contexto, há elementos contraditórios que delimitam nossas relações no processo de organização e manutenção desses espaços. No entanto, conceituar o quilombo parte do pressuposto do entendimento de “raça” e “etnia”. Rocha (2018), em sua obra *Educação Quilombola e a Reprodução Cultural Afrodescendente*, descreve:

Considera-se que a importância de conceituar sobre o quilombo/ mocambos, surge então dois temas intrinsecamente ligados, que tratam a respeito de “raça” e “etnia” e que devem ser levados em consideração. Portanto, fazendo-se uma referência aos conceitos tanto de “raça”, quanto de “etnia”. Nascimento (2008, p. 100) “raça e etnia, por exemplo, passam a ser vistas como processos históricos, passam a ser discutidos e inerentes a tudo que representa o papel político-histórico-social”. (Rocha, 2018, p. 41).

Ainda na obra de Rocha (2018), o autor faz referência a autores como Nascimento (2008), Ferreira (2009), Barbosa (2010), entre outros, que discutem os conceitos de “raça” e “etnia”, ajudando-nos a compreender que ambos os termos não são sinônimos, e que, dentro das ciências sociais e humanas, possuem dimensões específicas.

Quando se define “etnia” como uma comunidade humana com afinidade cultural linguística ou racial, surge então a proximidade com o conceito de “raça”. Tal aproximação leva a confundir como palavras sinônimas, mas ambas possuem definições diferentes, de acordo com Silva (2006, p. 119) “a palavra etnia vem do grego ethos, que quer dizer população com os mesmos ethos, ou seja, estilo, maneira, costumes.” Isso significa que etnia se origina do vocábulo grego que significa “povo”[...]. (Rocha, 2018, p. 43-44).

Assim, ao retratarmos o quilombo, é necessário compreender o sentido de identidade e pertencimento, que se baseia nos ensinamentos e valores culturais transmitidos pela ancestralidade. Esses valores devem estar presentes no processo educativo das gerações, permeando a dialética de formação pessoal e social. Ou seja, é fundamental que os saberes da comunidade tenham o devido reconhecimento e que a própria comunidade reconheça e se aproprie da história de constituição de seu povo, seu território e sua territorialidade.

2.3 A mulher quilombola

Como protagonista de sua história, as mulheres sempre tiveram um papel de suma importância na construção e manutenção de seus quilombos, assim como na sociedade brasileira. Mas, por vivermos em um sistema permeado pelo machismo, pelo pensamento patriarcal, capitalismo e uma herança colonial, este seguimento ficou por muito tempo invisibilizado.

Neste contexto, as mulheres quilombolas fazem parte deste processo histórico, principalmente na organização dos lugares de pertencimento. Elas trazem consigo um protagonismo que emerge de suas vivências, experiências, saberes, conhecimentos e estratégias de organização. São mulheres que, embora nem sempre tenham tido acesso ao conhecimento formal, possuem outros conhecimentos e saberes herdados de uma ancestralidade que fortalece o processo de resistência de suas identidades.

Gostaríamos de contribuir com a definição do que é ser quilombola, a partir do nosso próprio pertencimento a este seguimento étnico, em virtude de nossa propriedade de fala. Dessa forma, afirmamos que ser quilombola, vai além de um território geográfico, pois trata-se da representatividade do reconhecimento de nossa ancestralidade e da persistência em resistir e manter vivos os costumes e cultura que nossos antepassados nos deixaram como legado. Através deste legado histórico, compreendemos nossa territorialidade, que se difere de um espaço para o outro, mas que tem em sua gênese o desejo da unidade, elemento central da identidade quilombola.

Segundo a cartilha da Malungo, “Quilombos no Pará”, reconhecer-se como descendente de remanescentes de quilombo “é um processo longo e sofrido”, e a constituição deste grupo étnico envolve diversas trajetórias ao longo do processo histórico. Outra característica comum as comunidades quilombolas é dada pela resistência sobre o processo escravista, ou seja, como indicado na mesma cartinha, nem todas as comunidades quilombolas se formaram apenas com “escravos fugidos, mas a resistência a todas as formas de usurpações as caracteriza de forma plena. Assim, a resistência é um aspecto comum a todas elas.” No primeiro momento histórico, as comunidades quilombolas, resistiriam à escravidão, posteriormente, esse grupo étnico mantém seus vínculos em torno de uma “resistência para exercitar seus modos de vida tradicional, seu modo de ser e de viver”. Além disso, é através das vivências e das estratégias de sobrevivência e subsistência que nos organizamos como sujeitos históricos. No quilombo de São Tomé de Bracinho do Icatu, essa forma política de organização também é conduzida pelas mulheres, que passaram a ocupar espaço antes direcionados

exclusivamente aos homens e que, hoje, também são nossos. Ao descrever esses espaços, partimos do pressuposto da religião, da família, organização social, do lazer e outros contextos em que as mulheres antes não podiam atuar como sujeitos ativos.

As mulheres de etnia tradicional, como em nosso caso, sempre tiveram de se submeter aos desígnios de uma mentalidade patriarcal, que as restringia a atividades consideradas femininas, como o casamento precoce, os cuidados a outros membros da família (especialmente crianças e idosos) e cuidados com o lar (limpeza, preparo de alimentos, etc.). Essas famílias, geralmente, eram constituídas por muitos filhos e agregados. Com decorrer do tempo essa realidade foi se transfigurando e, hoje, podemos afirmar que as mulheres da comunidade têm uma visão diferente sobre as relações conjugais e sociais.

O que buscamos descrever com a constituição familiar é que, a partir desta constituição social conhecida como família, as mulheres se estabeleceram como sujeitos ativos. Elas passaram a organizar esse núcleo de forma matriarcal e, conseqüentemente, assumiram um papel de liderança na comunidade, tanto nos demais espaços sociais quanto nas dinâmicas das relações de poder.

As mulheres passaram a ser reconhecidas por seu protagonismo, ainda que de forma acanhada, como herdeiras de saberes ancestrais únicos que somente elas possuem, como dom da parturiência⁴. Esse protagonismo nos permite acreditar em um projeto de sociedade que valoriza os corpos a partir de uma perspectiva de gênero, classe, raça e etnia.

Ao destacamos o protagonismo da mulher quilombola através dos saberes e conhecimentos transmitidos de geração em geração, geralmente pela oralidade das pessoas mais velhas para as pessoas mais novas da comunidade, evidenciamos o quanto essas mulheres contribuíram para a construção social da nossa sociedade até a atualidade.

Na descrição de Pinto (2010, p. 53) ela afirma que:

[...] essas mulheres juntamente com outras pessoas idosas, reconstroem, através da memória oral, sua histórias de vida [...] e da própria origem dos seus povoados, na região do Tocantins. De certa forma, na rememoração das suas lembranças e relembrações, elas se reinventam, assim como reinventam os espaços sociais em que estão inseridas [...]. Herdeiras de uma tradição cultural, que vem de longe, seus saberes, poderes e experiências se alternam e dialogam entre si.

⁴ Dom da Parturiência é a expressão que se refere a mulheres que tem o conhecimento para realizar a assistência na gestação, ao parto dos bebês, e primeiras orientações à parturiente, ou seja, ajudavam outras mulheres durante a gravidez e no momento de dar a luz aos seus filhos.

Para Gonzalez (1988) ao falar sobre a “importância da organização da mulher no processo de transformação social”, evidencia os diversos mecanismos que envolvem essa organização, destacando os elementos estruturante de nossa sociedade.

Ao apresentar a luta do feminismo negro, a autora aponta também as raízes do movimento, que trazem à tona os saberes e conhecimentos ancestrais dessas mulheres, que sempre preservaram o respeito por suas tradições. Ler as reflexões de Gonzalez é se conectar a uma perspectiva única, que ao mesmo tempo que faz suas críticas pontuais, também apresenta a sua humanidade como sujeito constituinte da história. Através de sua narrativa podemos compreender o processo de luta do feminismo negro, da mesma forma que entendemos a luta das mulheres dos povos tradicionais, que mesmo sem o respaldo de narrativas ancoradas na intelectualidade, conseguiram se desenvolver na dialética de seus espaços de pertencimento.

Para Amador (2019), em sua obra intitulada *Ananse Tecendo Teias na Diáspora: Uma Narrativa de Resistência e Luta das Herdeiras e Herdeiros de Ananse*, a “afro-diáspora no continente americano” está profundamente enraizada no “processo do colonialismo europeu”, vinculada diretamente ao “tráfico transatlântico” e ao sistema de escravidão. Contudo, a autora destaca elementos desse processo, como a “migração e deslocamento geossocial, opressão social, resistência e luta”, que, de certa forma, descaracterizaram a cultura materna dos povos africanos sob uma visão eurocêntrica. Ainda assim, a autora afirma que:

[...] os africanos, em qualquer continente, por mais que suas tradições fossem represadas ou aniquiladas pela cultura hegemônica, seus descendentes davam início a um processo de criação, invenção e recriação da memória cultural para preservar os laços mínimos de identidade, de cooperação e de solidariedade. (Amador, 2019, p. 23)

Segundo a mesma autora, a cultura africana se espalhou por todos os lugares por onde passaram, o que nos faz reviver as histórias dos nossos lugares de pertencimento. Sabemos que, ao nos propormos a lutar e a conhecer nossa história, sempre nos deparamos com sentimentos profundos, como emoção, angústia e revolta, mas também temos a certeza de nosso compromisso com a ancestralidade. Quando temos consciência desse compromisso, não tememos lutar por nossos direitos, sejam eles quais forem.

3 A RESISTÊNCIA DAS RAÍZES E ANCESTRALIDADE QUILOMBOLAS

3.1 Metodologia

A metodologia deste trabalho se estruturou a partir da definição e delimitação do tema e do objeto de pesquisa, abordando a realidade das mulheres da comunidade quilombola de São Tomé de Bracinho do Icatu, Baião-Pará. A escolha dos elementos de discussão foi motivada pela inquietação da autora sobre o processo de constituição histórica e das relações de gênero, classe, raça/etnia, além da formação da sociedade brasileira, com ênfase na resistência e no protagonismo da mulher quilombola.

Para a coleta de dados, foram realizadas entrevistas com questionários semiestruturados, visando captar as experiências de vida das participantes da pesquisa. A elaboração deste trabalho seguiu uma observação crítica e uma análise detalhada de uma realidade específica, fundamentada em referenciais teóricos que orientam uma leitura analítica do objeto de estudo. Para a elaboração deste trabalho, a autora se inseriu como participante na análise da pesquisa-ação, uma vez que faz parte das vivências e das ações desenvolvidas na comunidade quilombola à qual pertence.

Sob a perspectiva de autores que tratam da pesquisa-ação, essa metodologia se configura a partir dos estudos de Kurt Lewin (1946), que direcionou suas pesquisas para “grupos constituídos como minoria”, sendo considerado como o “pai da psicologia social”. Esse referencial ajuda a entender por que muitos pesquisadores adotaram a pesquisa-ação como uma metodologia inovadora e uma ferramenta de transformação social. Essa abordagem não se limita a uma revisão teórica, mas busca a resolução de problemas sociais, considerando que um grupo deve ser analisado em sua totalidade, e não a partir de um denominador comum.

Autores como Franco (2005) elucidam que a pesquisa-ação é um método no qual o sujeito se envolve de forma a transcender suas características individuais de formação e emancipação humana, dentro da dialética do processo de transformação social do meio em que vive. Esse processo pode se constituir tanto na compreensão de direitos quanto na formação de determinados segmentos (como gênero e etnia), que são moldados por processos sócio-históricos. Franco (2005, p. 486) define que:

A pesquisa-ação crítica considera a voz do sujeito, sua perspectiva, seu sentido, mas não apenas para registro e posterior interpretação do pesquisador: a voz do sujeito fará parte da tessitura da metodologia da investigação. Nesse caso, a metodologia não se faz por meio das etapas de

um método, mas se organiza pelas situações relevantes que emergem do processo. Daí a ênfase no caráter formativo dessa modalidade de pesquisa, pois o sujeito deve tomar consciência das transformações que vão ocorrendo em si próprio e no processo. É também por isso que tal metodologia assume o caráter emancipatório, pois mediante a participação consciente, os sujeitos da pesquisa passam a ter oportunidade de se libertar de mitos e preconceitos que organizam suas defesas à mudança e reorganizam a sua autoconcepção de sujeitos históricos.

Com base na subjetividade desse sujeito histórico, a pesquisadora deste trabalho buscou construir um aporte teórico sobre o processo de resistência, luta e protagonismo das mulheres quilombolas nas esferas social, econômica, política e cultural do Baixo Tocantins, com foco no quilombo de São Tomé de Bracinho do Icatu. O estudo foi realizado por meio dos relatos e experiências vivenciadas pelas participantes, cujas informações foram reunidas e analisadas dentro da temática abordada.

Na comunidade abordamos cinco mulheres, entre a faixa etária 28 a 59 anos, todas essas mulheres são reconhecidas como lideranças, pois estão a frente do movimento social, do coletivos de mulheres, a frente das lideranças religiosas entre outras lideranças que estão neste universo. As relações comunitárias no quilombo faz com que as mulheres assumam vários cargos de liderança demonstram cada vez mais o seu protagonismo. Os nomes das entrevistadas foram substituídos por codinomes que representa a luta das mulheres no Brasil, usamos essas formas de identificação em respeito aos princípios éticos da pesquisa, que priorizou a proteção da identidade das entrevistadas.

Diante de uma sociedade historicamente estruturada para os homens e para a classe dominante, surgiu a inquietação de compreender o significado histórico de ser mulher e quilombola no contexto da sociedade brasileira. O destaque foi dado ao protagonismo das condições estruturantes de nossa sociedade, marcada por fatores e elementos que exigem nossa atenção, enquanto estudantes e pesquisadoras, comprometidas com a construção de uma nação mais justa e igualitária.

Os objetivos traçados envolvem a percepção da mulher quilombola como sujeito histórico, considerando suas experiências e saberes, moldados pela ancestralidade de sua descendência. Esse caminho dialoga com a bibliografia de autores negros, como Lélia Gonzalez, que se aprofundaram em temas relacionados a gênero, classe e raça/etnia, com foco na compreensão da dialética histórica brasileira. Além disso, são abordadas teorias e experiências sob a ótica do materialismo histórico dialético. Nas narrativas de Alves (2010, p. 01) em seu artigo descreve:

A concepção marxista é uma ciência à qual o pensador alemão Karl Marx deu o nome de materialismo histórico e cujo objeto são as transformações econômicas e sociais, determinadas pela evolução dos meios de produção. Marx constrói uma dialética (do grego dois logos) materialista, em oposição à dialética idealista hegeliana. O materialismo dialético pode ser definido como a filosofia do materialismo histórico, ou o corpo teórico que pensa a ciência da história. Os princípios fundamentais do materialismo dialético são quatro: (1) a história da filosofia, que aparece como uma sucessão de doutrinas filosóficas contraditórias, dissimula um processo em que se enfrentam o princípio idealista e o princípio materialista; (2) o ser determina a consciência e não inversamente; (3) toda a matéria é essencialmente dialética, e o contrário da dialética é a metafísica, que entende a matéria como estática e anistórica; (4) a dialética é o estudo da contradição na essência mesma das coisas.

Neste trabalho, foram analisados os mecanismos, estratégias e iniciativas autônomas desenvolvidas pelas mulheres desse território, com o objetivo de fortalecer sua participação e influência tanto na comunidade quanto em outras estruturas sociais. Compreender as práticas e estratégias adotadas pelas mulheres da comunidade para acessar políticas sociais também envolve abordar os desafios enfrentados por elas, identificando suas contribuições para a promoção do protagonismo feminino, levando em consideração as especificidades de cada sujeito envolvido nesse contexto social.

A pesquisa de campo, de caráter qualitativo, utilizou a metodologia de coleta de dados para viabilizar a escrita deste trabalho. Para isso, foram empregadas diversas ferramentas, como celular para gravação das entrevistas, câmera fotográfica, questionários semiestruturados e rodas de conversa.

A escolha do tema teve como perspectiva analisar a constituição histórica de gênero e a identidade quilombola no contexto da comunidade, além de investigar como esses conceitos são vistos no território de pertencimento. Foi dada ênfase no protagonismo que emerge dos saberes e experiências, das demandas, estratégias, iniciativas e percepções das mulheres quilombolas como sujeitos ativos e históricos.

O texto explora a profundidade das vivências das mulheres quilombolas como um caminho de resistência e autoafirmação cultural, propondo a ideia de percorrer suas narrativas como uma forma de compreender a ancestralidade e o pertencimento no contexto da sociedade brasileira. A ênfase na afrodescendência que deu origem às comunidades quilombolas reforça o valor histórico e cultural desses grupos, cujas raízes são fundamentais para a construção de identidade tanto pessoal quanto coletiva, em uma dinâmica de aquilombar.

Ao mencionar as narrativas orais como fontes de recorte histórico, o texto ressalta a importância de preservar e valorizar as memórias e histórias contadas por essas mulheres. Esse processo de contar suas histórias permite não apenas a reflexão sobre suas próprias identidades,

mas também oferece uma perspectiva para compreender o papel que essas mulheres desempenham dentro de suas comunidades e na sociedade como um todo. O uso da palavra “aquilombar” indica um movimento de reagrupamento e fortalecimento coletivo, no qual essas histórias criam um elo entre o passado e o futuro.

A presença das comunidades quilombolas no Baixo Tocantins é descrita como vital, especialmente em relação à manutenção da identidade cultural da região. As histórias das mulheres dessas comunidades oferecem uma visão sobre suas lutas e desafios, conectando-se com realidades históricas e contemporâneas, ao mesmo tempo que nos orientam para um futuro de maior reconhecimento e justiça social. Ao analisar essas falas, a narrativa busca não apenas entender o passado, mas também moldar o futuro dessas comunidades a partir das perspectivas e experiências que emergem dessas vozes.

Esse olhar sobre as mulheres quilombolas não só as coloca no centro de suas próprias narrativas, mas também evidencia como elas têm sido agentes fundamentais na preservação e na resistência cultural, mantendo vivo o legado de suas comunidades através de suas palavras, histórias e ações.

3.2 Território e territorialidade

No processo de construção, organização e manutenção dos territórios e territorialidade, nós, mulheres quilombolas, temos a necessidade de compreender de onde viemos e aonde queremos chegar. Com isso, o nosso primeiro passo é nos apropriar de nossa identidade e entender a relação desta identidade com o território e com a territorialidade.

É aí que comungamos com a reflexão de Gonzalez (1988) quando apresenta o debate feito no “I Encontro Nacional de Mulheres Negras” Gonzalez falar que:

Em consequência, a opressão racial e a exploração de classe ficam devidamente esquecidas nos porões de uma sociedade cujos sistemas de classificação social e econômico fazem da mulher negra o foco, por excelência, de sua perversão. Esquecer isso é negar toda uma história feita de resistências e de lutas, em que essa mulher tem sido protagonista graças à dinâmica de uma memória cultural ancestral [...]. Esquecer isso significa não querer ver todo um processo de expropriação socioeconômica e de apropriação cultural que as classes dominantes brancas têm exercido contra mulheres e homens negros deste país (Gonzalez, 1988).

Com esta perspectiva, coloca-se o desejo de um projeto de transformação social em que as mulheres possam ter os seus direitos garantidos nos organismos que constituem os

espaços sociais, tanto econômico, político, cultural e intelectual deste país, mas para isso, e necessário a cumplicidade de todos na materialidade de transformação social. Ainda nas palavras de Gonzalez:

Por tudo isso, evidencia-se a nossa responsabilidade quanto aos nossos modos de organização e quanto ao destino que queremos dar ao nosso movimento. Esta questão é de caráter ético e político. Se estamos comprometidas com um projeto de transformação social, não podemos ser coniventes com posturas ideológicas de exclusão, que só privilegiam um aspecto da realidade por nós vivida. Ao reivindicar nossa diferença enquanto mulheres negras, enquanto amefricanas, sabemos bem o quanto trazemos em nós as marcas da exploração econômica e da subordinação racial e sexual. Por isso mesmo, trazemos conosco a marca da libertação de todos e de todas [...] (Gonzalez, 1988).

É nestes aspectos que nos alinhamos com o pensamento de Lélia, ao discutir as violências contra as mulheres negras e da responsabilidade organizativa de transformação. É através dos movimentos sociais, como os das mulheres quilombolas da região Tocantina, que se constrói a consciência que a luta é histórica, remontando aos árduos períodos coloniais. No entanto, é necessário a organização social e a importância de trazer à tona as pautas sobre os caminhos que trilhamos e as conquistas que alcançamos até a nossa atualidade.

Uma de nossas conquistas está fundamentada na Constituição Federal de 1988, que viabilizou os direitos quilombolas, como o direito ao território. Conhecer essa legislação de perto nos ajuda a reivindicar os nossos direitos em relação às políticas públicas e afirmativas, que devem ser vistas não apenas como direitos, mas como uma compensação pela dívida histórica que o Brasil tem para com o nosso povo.

Quando trazemos essa temática sócio-histórica, buscamos dar a visibilidade a um processo de construção que sempre negou a importância do povo negro e indígena na construção de sociedade brasileira, esquecendo que esta não foi constituída apenas por europeus, mas sim por indígenas, europeus e africanos. O primeiro e o terceiro sofreram a exploração e a segregação do segundo em uma dinâmica de “colonizador” e “colonizado”, cujas consequências ainda reverberam na dialética histórica de nossa sociedade. Gonzalez (1988) destaca, por exemplo, a relevância de datas comemorativas que remetem à nossa identidade, como 13 e 1º de maio, que, para o movimento, são compreendidas como símbolos de resistência e não comemoração. Ela enfatiza a importância do 20 de novembro, que simboliza todo um processo de luta do povo negro durante o período de escravidão no Brasil, ressaltando o significado dessa data para nós, mulheres e homens que fazem parte deste grupo étnico. A partir desse reconhecimento de identidade, nos apropriamos do reconhecimento de nosso território e de nossa territorialidade. Descrevendo que:

O grande público toma conhecimento da importância do 20 de novembro para nós, negros deste país. Justamente porque a morte de Zumbi se transfigura no ato que, por excelência, aponta para a vida. Ao morrer, Zumbi continuou vivo, permanecendo na consciência de seu povo e também na dos opressores desse povo (Gonzalez, 1988).

A relevância dos pontos que destacamos, se torna evidente ao considerarmos que, por meio da organização e da responsabilidade com as nossas ancestralidades culturais, conseguimos avançar e traçar estratégias que fortalecem o movimento e o protagonismo da mulher quilombola.

O legado deixado por nossos antepassados nos permite reescrever aquilo que tentaram apagar de nossa história. Na dialética das relações, utilizamos esses mecanismos e elementos, como as datas comemorativas, como símbolos de resistência, não com o intuito de nos posicionarmos como melhores ou piores que os outros, mas para sermos reconhecidos(as) como sujeitos históricos, pertencentes e construtores deste país.

É fundamental abordar a temática histórica, pois é por meio dela que compreendemos o fortalecimento da construção de uma nova sociedade. Através da resistência de nossos antepassados, temos o direito de existir e construir um projeto de sociedade igualitária, onde mulheres e homens possam gozar dos mesmos direitos. Esses direitos não devem se limitar apenas às disposições legais, mas devem ser incorporados à prática, alcançando todos os sujeitos de direitos.

Com esta perspectiva, mulheres de todos os seguimentos têm a possibilidade de destacar as diretrizes de seu protagonismo. Nas comunidades remanescente de quilombo, mulheres negras e não negras são símbolos de resistência, que exigem espaços de pertencimento, com a perspectiva de direitos e não aceitando menos do que isso. É essencial que sejam reconhecidas pelo seus méritos, que, ao longo da nossa história, não foram poucos e tiveram diversos desfechos. Cada período, mostrou os pontos principais, aprisionando-nos nas entranhas de uma sociedade que jamais teve a decência de reconhecer os feitos deste protagonismo.

Autoras, como Lélia Gonzalez, enfatizam que o protagonismo de luta e resistência nas comunidades quilombolas, não pertencem apenas aos homens, como Zumbi dos palmares, mas também às mulheres, como Dandara, que simbolizam a força da mulher negra e não negra nos “redutos” dos quilombos. Mesmo vivenciando a dinâmica de conjuntura do poder do patriarcado, do machismo e do colonialismo de uma estrutura historicamente concebida para os homens, as mulheres quilombolas romperam os paradigmas de organização e liderança. Essa quebra de paradigmas incomodou e continua a incomodar as formas ideológicas do pensamento

herdado do colonialismo, que não aceita o protagonismo feminino.

É importante compreender esse contexto de lutas e conquistas que todas as mulheres quilombolas da região Tocantina têm enfrentado, junto a nossos parceiros e representantes de nosso movimento, que juntos apresentam marcos históricos na reivindicação dos direitos quilombolas.

A Cartilha Quilombolas do Pará, da Malungu, apresenta que, em 1997, foi criado um grupo de trabalho para a “regularização definitiva” das terras quilombolas. Em 1989, teve-se a aprovação da convenção internacional que trata dos direitos indígenas e tribais, com o reconhecimento das comunidades quilombolas. Em 1991, foi promulgada a Convenção nº 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), que trata sobre povos indígenas e tribais, e essa convenção foi incorporada no Brasil como Decreto Legislativo nº 5051/2004, a qual deve ser respeitada por fazer parte dos acordos internacionais. Atualmente, essa convenção está em vigência no Brasil no Decreto nº 10.088/2009.

Em 2007, foi instituída a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais (PNPCT) pelo decreto n.6.040⁵, e em 2014 foi instaurada a “Mesa Nacional de Acompanhamento da Política de Regulamentação Fundiária Quilombola”, com o objetivo de fortalecer interlocução entre os órgãos governamentais e a sociedade civil. Essas conquistas tiveram também a representatividade das mulheres da região do Tocantins do qual o quilombo em estudo faz parte, enfatizando a importância do reconhecimento do território e da territorialidade.

Ao apresentar uma parte da cronologia histórica na dinâmica de nosso estudo, reafirmamos o processo de resistência e protagonismo das mulheres quilombolas, com ênfase na realidade vivenciada. Nesses espaços de pertencimento os sujeitos enfrentaram e continuam a enfrentar as contradições do “colonialismo”, ainda presentes na região do Baixo Tocantins, no Pará, parte da Amazônia Legal.

Na região do Tocantins, diversos quilombos foram criados durante o período colonial, como o quilombo do “Mola ou Itapuço”, um dos primeiros estabelecidos na extensão territorial do município de Cametá-Pá. Segundo Pinto (2010), a organização deste quilombo foi liderada por Mulheres, mencionadas anteriormente neste trabalho, que, como líderes, cuidaram deste espaço e promoveram o protagonismo de outras mulheres na dinâmica de pertencimento, organização e construção de seus “quilombos e miniquilombos”.

⁵ Cartilha Quilombolas do Pará. Através do decreto o Brasil teve que incluir o critério de autoidentificação como forma de identificar as comunidades quilombolas dos países (CATILHA, p.15).

A partir do apanhado teórico e das vivências relatadas, reafirmamos que as mulheres quilombolas da comunidade de São Tomé de Bracinho do Icatu, município de Baião-Pará, na região do Tocantins, são detentoras de saberes, conhecimentos, experiências e estratégias que, mesmo em meio ao sistema capitalista, reiteram as lutas de suas ancestrais. Elas fortalecem sua identidade e a de seu povo como um símbolo de resistência na manutenção e resgate da cultura afrodescendente. Dessa forma, a conquista do território e territorialidade, se aplica a elementos como a política, cultura, economia, educação, sustentabilidade e preservação do ambiente ao espaço de pertencimento.

Quando falamos do processo de luta e resistência do povo quilombola, trazemos nesta narrativa um elemento primordial que são as mulheres, que na dialética de suas vivências mostraram a sua contribuição no contexto de construção de seus lugares, dos quais envolvem elementos de cunho política, cultural, social e econômica.

Neste processo de construção, destacamos que, por meio das vivências nos quilombos, tivemos a oportunidade de experimentar e trocar saberes com os coletivos de mulheres quilombolas. Elas nos ensinaram coletivamente que nossos ancestrais, os pretos e pretas velhas, deixaram legados imensuráveis para nós. Embora não tenham tido a oportunidade de registrar seus conhecimentos por escrito, transmitiram suas experiências e saberes de forma verbal de geração em geração.

Este conhecimento, herdado pela tradição oral, representa uma parte importante da nossa história, repassada por nossos pretos e pretas velhos, que são nossos livros vivos. Como afrodescendentes, é preciso adquirir esses conhecimentos, essas narrativas que compõem as linhas de nossa história. Assim, Nossas aprendizagens são vivenciadas em direta relação com nossos aspectos culturais, com a manutenção da subsistência de nosso povo, e com a consciência de que historicamente fomos marginalizados e excluídos do acesso aos direitos e serviços sociais de na sociedade.

Para evidenciar essa percepção do entrelaçamento de aspectos culturais e vivências socioeconômicas que envolvem as mulheres quilombolas, citamos Rocha (2018, p. 68):

Constata-se que além da lavoura e dos extrativismos, os escravos fugidos e seus descendentes cultivaram costumes com especificidades únicas no campo do saber popular: como as parteiras, a dança do samba de cacete, e remédios caseiros a partir de ervas medicinais.

As atividades descritas por Rocha, demonstram o importante papel desempenhado pelas mulheres dentro dos quilombos. Conhecimentos, saberes, papéis, identidades constituem a materialidade das relações de pertencimento nos quilombos, que ao mesmo tempo também

representam nossa territorialidade como sujeitos atuantes dentro de um espaço de vivência.

Esse recorte espacial é também relatado na obra intitulada, “Territorialidade: dimensões de gênero, desenvolvimento e empoderamento”, cujo os autores Rodrigues, Andrade, Mano, Zucco e Araújo (2018), trazem os diversos elementos para a discussão como a partir das relações entre gênero, raça, classe, gerações e espaço, em que a dominação sobre a mulher parte de três elementos constituintes na dialética hegemônica que são: patriarcado, racismo e capitalismo, dos quais pontuam a singularidade do conceito de geração em que definem que a geração é objeto de profunda importância para se compreender a mulher no seu espaço de pertencimento, com o aspecto que reflete o “território como espaço socialmente construído” e a “relação de poder” que se desenvolvem nele.

Compreendemos esses espaços com a dimensão da territorialidade das relações de vivências. Schefles (2018) apresenta na obra descrita acima, “o território e a territorialidade são temas relacionados à espacialidade humana e, embora estejam tradicionalmente ancorados na Geografia, vem sendo objeto de preocupações dos diversos campos disciplinares.” E segundo os seus estudos isso se constitui em volto aos elementos dimensionas como, a politica, cultura e economia. E é neste contexto que os sujeitos se:

Interagem, cooperam, trocam informações e estabelecem mecanismos de controle, disputas e coesão social. Nessa utilização funcional do território, a cultura e a identidade social são consideradas elementos-chave na mobilização de agentes e atores/atrizes sociais, em prol de um projeto coletivo de desenvolvimento sustentável, político e socialmente legitimado.

Para compreendemos o conceito de território é apresentado que:

Território, conforme referido anteriormente, é um termo bastante controverso. Consta na literatura que a noção de território provém do latim *territorium*, adjetivo derivado de *territoralis*, que significa pedaço de terra apropriada, sendo este o sentido que lhe era dado antes do século XVIII. Na Geografia, as primeiras discussões sobre o território estiveram associadas, principalmente, a um espaço concreto, com atributos naturais e sociais referidos ao território nacional ou ao estado-nação. Esse conceito foi sistematizado no final do século XIX, pelo estudioso alemão Friedrich Ratzel, para quem o solo é o território de um Estado, definindo-o como aquele que provê os meios para a sua expansão e defesa (Schefles, 2018 p. 26).

Quando abordamos o conceito de território e territorialidade, compreende-se que a territorialidade é tudo aquilo que vivenciamos dentro do território, e através dessas relações se desenvolvem as relações de poder entre os sujeitos que lhes constituem. Segundo (Schefles, 2018 p. 35):

O poder produz saberes e, através de um conjunto de técnicas impostas à sociedade, atua produzindo e reproduzindo mais poder. O poder penetra na vida cotidiana de forma abrangente e difusa, através das práticas sociais que envolvem as sociabilidades e todo o processo de produção cultural. Em outras palavras, homens e mulheres, sujeitos históricos, vivenciam relações sociais na vida cotidiana, nos espaços públicos e privados, constituindo-se em receptáculos e, ao mesmo tempo, produtores e condutores do poder.

Assim, no contexto de vivência quilombola, o território é compreendido não apenas como um espaço geográfico, mas também como espaço de relações e reprodução de saberes. Costumamos dizer que, onde quer que estejamos, o quilombo sempre estará conosco, pois é por meio de nossas ações e conhecimentos que nos identificamos nas relações sociais e expressamos a nossa ancestralidade, que permanece sempre dentro de nós, através de nossa identidade e representatividade.

3.3 Meu território, minha casa

A comunidade estudada faz parte do território do município de Baião, no estado do Pará, situada na região do Baixo Tocantins, na Amazônia Legal. A comunidade faz divisa com o município de Mocajuba e está localizada no perímetro da rodovia PA-151, vizinha aos quilombos de Engenho e São José do Icatu, que se encontram na mesorregião Nordeste Paraense. Segundo o levantamento da Associação quilombola (2023), o número de famílias na comunidade é de 70, totalizando 390 habitantes, incluindo crianças, jovens e adultos.

Segundo as descrições de Santos e Viana (2020), que elaboram a cronologia histórica da comunidade, verifica-se que, segundo relatos dos anciãos, a comunidade de São Tomé de Bracinho do Icatu recebeu esse nome devido a um pequeno braço de igarapé que corta as extremidades do quilombo e deságua no rio Icatu. O território da comunidade também inclui a localidade de Craval, que integra a área quilombola. A escrita sobre a cronologia da comunidade quilombola em 2020, foram os primeiros esboços de escrita documental que fala sobre a comunidade que parte dos relatos orais sobre construção histórica da comunidade.

O processo histórico da comunidade é transmitido oralmente de geração em geração, sendo os mais velhos os responsáveis por relatar aos mais jovens a constituição histórica do lugar. De acordo com um dos moradores mais antigos, o senhor Lúcio Estumano, essa região era “farta” em caça, peixes e possuía um extenso castanhal. Os moradores de São José do Icatu, comunidade quilombola vizinha, exploravam a área por meio de práticas extrativistas. Esse atrativo fez com que outras pessoas descobrissem as riquezas do local e migrassem com suas

famílias em busca de subsistência.

Basicamente, entre as décadas de 1930 e 1940, ocorreu a formação da comunidade de São Tomé de Bracinho do Icatu com a migração de famílias oriundas de outras comunidades, como Guajará, Icatu, Putiri, Carapajó, entre outras. Segundo a senhora Maria José, as primeiras famílias a chegarem a essas terras foram a de seu pai, Vituriano, e a do senhor João Alexandrino, conhecido como “João Bacabinha”.

O senhor Lúcio Estumano, chegou a essas terras na década de 1950, onde grande parte de sua família reside até hoje. De acordo com seus relatos, quando ele chegou, a região já era habitada por outras pessoas, como os senhores citados anteriormente. A senhora Maria José tornou-se sua esposa. Também moravam no território, o senhor Paixão Gonçalves e a senhora Maria Nila, conhecida como “mãe Maricota”, reconhecida na região por suas habilidades como parteira.

Trazemos essas pessoas para a narrativa por serem sujeitos que constituíram esse espaço de pertencimento. Sem a notoriedade de seus relatos, seria impossível trazer elementos de tal magnitude, pois elas fazem parte da geologia de nossa história ⁶. São pessoas cuja contribuição para o reconhecimento de nossa identidade e territorialidade é imensurável. Por isso, não poderíamos falar sobre o processo de criação e manutenção desse lugar sem a presença dessas figuras, que são para nós verdadeiros livros vivos: nossos pretos e pretas velhas que, com a maestria de seus saberes, transmitiram seus legados para as novas gerações de quilombolas. Essas gerações não se constituem apenas de pretas e pretos, mas têm, como matriz, essa etnia da qual temos orgulho de nos identificar como descendentes de africanos.

Na década de 1960, os homens da localidade fundaram a comunidade cristã. O primeiro santo venerado na comunidade, introduzido pela igreja católica, foi São Raimundo. Posteriormente, porém, a senhora Dulci doou uma imagem de São Tomé, que passou a ser o padroeiro da comunidade e é reconhecido até hoje pelos moradores como o santo dos lavradores, com seu festejo realizado anualmente no dia 3 de julho.

⁶ Uma história transmitida pela tradição oral, que atualmente, fazemos um esforço de sua construção e sistematização escrita.

Em 1982, a professora Maria Gorete assumiu o cargo efetivo de docente pelo município de Mocajuba. Em 1998, o atual prédio da escola foi inaugurado e entregue pelo prefeito da época. A escola funcionou por várias décadas, mas foi fechada em 2013 com a implementação da política de polarização e nucleação das escolas, que visava agrupar escolas com poucos alunos e sistema multisseriado.

Como parte do processo de revitalização, a Escola São Tomé foi reaberta em 2017, em um evento que contou com a presença do poder público (Secretaria de Educação), da associação quilombola, do movimento de mulheres e da comunidade em geral. Esse foi um dia de grande vitória, pois, graças à luta organizada da comunidade quilombola e dos movimentos sociais, a escola foi reintegrada, oferecendo novamente às crianças acesso à educação dentro do território e gerando oportunidades de trabalho para funcionários e profissionais locais.

No que diz respeito à base do sistema socioeconômico da comunidade, esta se fundamenta na agricultura de subsistência familiar e no extrativismo vegetal e animal. O cultivo da mandioca é uma das principais fontes de renda da economia familiar, seguido por outros produtos como milho, arroz, feijão, açaí, cacau, cupuaçu, pimenta-do-reino, entre outros.

A mandioca e seus derivados são o carro-chefe da economia da comunidade, sendo que grande parte dos moradores do quilombo depende da venda de farinha e de outros produtos derivados da mandioca para seu sustento.

No âmbito do extrativismo, destacam-se a exploração de madeira e castanha-do-pará, além da caça e pesca, que complementam a alimentação das famílias. Essas práticas permanecem profundamente enraizadas nas comunidades tradicionais, de modo que a extração de determinadas matérias-primas é parte essencial da cultura dos povos locais. Esse conhecimento é transmitido de geração em geração, sempre com o respeito e o cuidado necessários para realizar dessas atividades, promovendo o senso de pertencimento e a preservação do ambiente e da territorialidade.

Neste processo de resistência e luta, as mulheres desempenharam um papel central na organização comunitária, complementado pela participação dos demais integrantes, para alcançar diversas conquistas. Entre elas, destaca-se a implementação da energia elétrica, resultado de uma longa batalha com o poder público e a empresa responsável. Em 2009, foi criada a associação quilombola, que trouxe o reconhecimento oficial da comunidade como remanescente de quilombo, e em 2018, formou-se o coletivo de mulheres. Outro marco importante foi a revitalização da escola, fruto de mais um embate com as autoridades. Além disso, após várias reuniões com representantes do governo, foi aprovado e implementado um programa habitacional na comunidade. Outras pequenas conquistas também foram alcançadas

por meio da organização comunitária e da bandeira de luta do movimento social.

Os eventos desenvolvidos na comunidade têm como foco a preservação e o resgate da cultura afrodescendente, sendo apresentados nos festivais quilombolas que ocorrem anualmente. Esses festivais trazem temáticas que contribuem para o fortalecimento e um conhecimento mais profundo sobre nossa ancestralidade. Os eventos sempre começam com palestras, rodas de conversa e apresentações de brincadeiras tradicionais, tanto africanas quanto locais. As noites culturais, que incluem a religiosidade presente no contexto, são acompanhadas de um animado baile dançante, essencial para o povo quilombola, que celebra tudo o que o universo nos proporciona.

Na dinâmica dos eventos culturais, destaca-se o dia 20 de novembro, quando ocorrem os festivais e celebramos o Dia da Consciência Negra. Nesse período, realiza-se também um torneio de futebol, com a participação das mulheres no time chamado “Leoas”. Anteriormente, existia o time masculino “Leãozinho”, que, no entanto, não atua mais. Há também apresentações do grupo de reis e o “Grito do Carnaval”, que se tornou uma tradição na comunidade. Nesse evento, todos os participantes são convidados a se banharem na lama ao longo do percurso, uma diversão que se tornou especialmente popular entre as crianças, que adoram se sujar.

Além disso, a comunidade celebra a festa do padroeiro São Tomé no dia 3 de julho de cada ano. O catolicismo é a religião predominante na localidade, seguida pela religião evangélica.

Gostaríamos de destacar uma tradição que foi muito presente na comunidade, mas que hoje já não vê mais: os “convidados” ou “mutirão”. Essa prática era uma forma de trabalho coletivo nas plantações, em que os moradores se ajudavam mutuamente no plantio dos roçados. O trabalho costumava ser combinado de um ano para o outro, permitindo que cada um realizasse suas atividades com o apoio dos demais.

Com a adoção da visão capitalista, essa cultura vem se perdendo na dinâmica das relações de trabalho, à medida que os indivíduos passam a adotar a lógica neoliberal, que fortalece a ação empreendedora e autônoma. Hoje, as propriedades se consolidam sob a perspectiva de que tudo deve ter um valor monetário, incluindo a mão de obra, em contraste com o trabalho coletivo que antes prevalecia.

Na culinária da comunidade, é comum encontrar a maniçoba, uma receita de origem indígena com influências africanas, além de outros pratos típicos, como a feijoada e o beiju, feito a partir da massa de mandioca.

Este trabalho sobre a cronologia da comunidade baseia-se nos relatos orais dos moradores do quilombo de Bracinho do Icatu. Essa pesquisa, que vai além das linhas escritas, visa ser ampliada com novas descobertas e conhecimentos, transformando o processo histórico da comunidade em um documento que garanta o reconhecimento desse legado para as próximas gerações.

3.4 respeite meu lugar de fala: protagonismo, histórias e identidade

Herdeiras do protagonismo real, que nos leva a mergulhar nas profundezas de nossas ancestralidades e a reviver, de forma reflexiva, todas as façanhas de sobrevivência do nosso povo. Hoje, embora em passo lentos, podemos desfrutar de um legado de conquistas em uma sociedade que historicamente segregou corpos e inferiorizou sujeitos, perpetuando a hegemonia das relações de poder entre gênero, classe, raça/etnia.

Um dos pontos norteadores desta pesquisa consistiu em destacar os relatos e as vivências das mulheres quilombolas. Buscou-se adotar uma abordagem de observação do cotidiano e de escuta atenta às suas vozes, com o objetivo de descrever, por meio das palavras, as realidades e impressões desse lugar, permeadas tanto por experiências individuais quanto coletivas.

O percurso desta pesquisa foi elaborado a partir de um exercício contínuo de observação e diálogo, inicialmente com minha orientadora, Prof^a. Dr^a Christiane Pimentel. Em seguida, realizou-se uma análise da historicidade do processo de resistência e luta das mulheres quilombolas e não quilombolas no contexto da sociedade brasileira, marcada pela luta contra todas as formas de opressão, segregação dos corpos e silenciamento das vozes. Por fim, o diálogo com as entrevistadas foi fundamental, resultando na escrita deste trabalho sobre a comunidade de São Tomé de Bracinho do Icatu.

Ao lidarmos com comunidades tradicionais, é essencial estar atento à espacialização produzida pela história do local, assim como considerar o espaço dos saberes, dos conhecimentos, das experiências, da identidade e ao sentido de pertencimento a um ambiente que é transformado cotidianamente. Nesse sentido, a pesquisa de campo torna-se imprescindível, sendo um dos principais instrumentos dessa articulação investigativa.

Como explica Dias (1994, p. 374) *apud* Pinto (2010, p. 29):

Impõem-se a necessidade de documentar a experiência vivida como possibilidade de abrir cominhos novos. Outras interpretações de identidades femininas somente virão à luz à medida que experiências vividas em

diferentes conjunturas do passado forem gradativamente documentadas, a fim de que possa emergir não apenas a história da dominação, mas, sobretudo, os papéis informais, as improvisações, a resistência das mulheres.

Com base no mapeamento e na temática abordada, optamos por desenvolver o trabalho sob uma perspectiva materialista histórica, que estuda a realidade social. No entanto, para fins de análise e aprofundamento, delimitamos a pesquisa à comunidade descrita neste estudo.

Durante a pesquisa de campo, as mulheres entrevistadas e participantes da pesquisa, compartilharam generosamente suas vivências, experiências e os desafios que enfrentam, permitindo-nos uma reflexão profunda sobre a ruptura na concepção de ser mulher quilombola e mulher preta em uma sociedade marcada pela ideologia colonial.

As histórias de resistência e protagonismo dessas mulheres revelam um movimento histórico que precisa ser analisado criticamente. As entrevistadas compartilharam aspectos de suas vivências e experiências, tanto na comunidade quanto no meio social em que estão inseridas.

Na comunidade abordamos cinco mulheres, entre aos dias 3 a 12 de setembro de 2024, com idades variando entre 28 e 59 anos. Para uma melhor compreensão do contexto, todas são consideradas lideranças na comunidade. Os nomes das entrevistadas foram substituídos pelo codinomes **Margarida 1** a **Margarida 5**, em referência à Marcha das Margaridas, que ocorre a cada quatro anos no Brasil, simbolizando as lutas das mulheres na sociedade brasileira. Essa forma de identificação foi adotada em respeito aos princípios éticos da pesquisa, que priorizaram a proteção da identidade das entrevistadas.

O objetivo da pesquisa foi investigar como essas mulheres se reconhecem no contexto de pertencimento cultural, como lidam com os desafios impostos pela sociedade, a garantia de seus direitos as políticas sociais e quais estratégias utilizam para assegurar o reconhecimento de seu protagonismo na dialética de vivências e experiências. Seus relatos, repletos de protagonismo, nos proporcionam uma visão profunda sobre suas lutas.

Perguntou-se às entrevistadas sobre sua compreensão e vivências a respeito do termo “protagonismo” e como ele se manifesta em suas lutas diárias. Abaixo, seguem as respostas das entrevistas.

Margarida 5, 34 anos, entrevistas em 12/09/2024, disse que:

Entendo o protagonismo da seguinte forma. Eu, hoje em dia, me sinto uma mulher mais empoderada, me sinto uma mulher mais forte por ter meu próprio negócio, por ser uma mulher independente em questão financeira. Me sinto uma mulher feliz, dentro da minha comunidade, poder dialogar com a minha comunidade em busca de melhoria. Então, na minha história, eu tenho um

protagonismo por conta dessas coisas que eu realizo junto com a minha comunidade e dentro do meu lar, dentro da minha casa na minha vida. Isso, para mim é muito importante, me sinto muito feliz por isso, e quero continuar lutando, me fortalecendo cada vez mais para poder fazer historia mais bonita ainda.

Através do relato de Margarida 5, percebe-se que a compreensão de protagonismo para a mulher quilombola atravessa as dimensões de uma inserção consciente nas atividades e papéis que busca assumir na comunidade. O protagonismo, visto como um processo de autoafirmação, autoconhecimento e ao mesmo tempo reflete suas escolhas sociais, políticas e culturais.

As entrevistadas Margarida 4, (28 anos, em 03/09/2024) e Margarida 3 (44 anos, em 05/09/2024), disseram, respectivamente: “Entendo protagonismo porque sou uma mulher mais forte, podendo me sentir livre para lutar pelos meus direitos” (Margarida 4). “Para mim, protagonismo é conseguir ter o que eu quero, comprar minhas coisas e esta realizando os meus sonhos, tendo minha família sempre unida e ver minha comunidade crescer e ser prospera” (Margarida 3).

Ao falar sobre o reconhecimento do protagonismo da mulher quilombola, observa-se que elas compreendem esse aspecto como essencial para a perpetuação das lutas pela conquista de seus espaços. As estratégias para a manutenção desses espaços são compreendidas na coletividade dos sujeitos, com ênfase no resgate da cultura, ancorado nos conhecimentos e nas experiências de vida no território e na territorialidade.

Também trouxemos para o debate o processo de resistência. A seguir acompanhamos suas explicações:

Margarida 5 (34 anos, em 12/09/2024), disse:

Acredito que a resistência é a nossa luta de todo os dias, é “resistir para existir”. Porque todos os dias a gente enfrenta os desafios, os desafios de ocupar o nosso espaço na sociedade, os desafios de manter viva a nossa cultura, dos nossos antepassados. O desafio de enfrentar a questão do racismo, do preconceito pelas pessoas negras, tudo isso é motivo de resistência.

Margarida 5 associa o processo de resistência ao cotidiano e ao enfrentamento ao racismo, revelando o quanto a vida de mulheres negras quilombolas é atravessada por um processo diário, sempre continuado de luta pela sobrevivência e dignidade. Um processo exaustivo, mas que deve ser renovado para a perpetuação da existência. Para ela, o ser uma mulher negra quilombola se refere ao processo de resistência aos desafios e preconceitos que se originam ao racismo.

Essa fala nos traz à tona, o pensamento de Gonzalez (1988), no texto “Mulher negra, essa quilombola”, quando explica que desde a formação dos quilombos, a mulher negra quilombola possui papel fundamental na educação de seus filhos para uma formação antiescravista, anticolonialista e antirracista, ajudando a desenvolver diversas formas e frentes de resistência.

Outra de nossas entrevistas, Margarida 3 (44 anos, em 05/09/2024), afirmou: “*Resistência é uma forma de lutar pelos nossos direitos de nossa igualdade na permanência de nosso território, nossa cultura entre outras conquistas do nosso povo*”. Em entendimento semelhante, Margarida 4, (28 anos, em 03/09/2024), referiu que: “*Resistência é manter a luta e conseguir o espaço, pois tudo foi uma luta histórica*”. Essas duas concepções de resistência remetem à disputa pela propriedade de terras, a resistência no processo político para a preservação do território ocupado há gerações. Além disso, mais uma vez, se percebe que para as comunidades quilombolas, o território é também espaço de pertencimento étnico cultural.

A participação da mulher quilombola nesta organização de resistência impulsiona uma visão política, cultural e econômica, contribuindo para a manutenção dos costumes e da identidade que nos apontam para a nossa ancestralidade e fortalecem a nossa territorialidade. Isso nos faz acreditar na capacidade de representatividade nas esferas sociais que moldam as relações de poder no contexto da sociedade da qual fazemos parte como sujeitos ativos e históricos.

Na organização do quilombo de São Tomé de Bracinho do Icatu, é comum a realização de encontros, como reuniões assembleias gerais e reuniões das mulheres, para debater assuntos de interesse da coletividade. Nossa coletividade é a base de nossa unidade, acreditamos que mulheres unidas sempre terão a possibilidade de alcançar seus ideais e contribuir para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária.

Como mulheres, acreditamos em nossa força e na importância de nossas contribuições para o projeto de sociedade e para a preservação do quilombo. Somos força viva da resistência, e em respeito às nossas antepassadas, buscaremos sempre ocupar os nossos espaços e assegurar os nossos direitos, mantendo a união de nossa coletividade.

Somos mães, avós, tias, esposas e lideranças, que, mesmo sem perceber, carregamos os saberes de nossas ancestralidades, manifestados em nossas vivências. Somos guardiãs desses conhecimentos, e cada momento de união nos dá oportunidade de manter e agregar elementos à nossa história, para que as próximas gerações – de pretos, pretas e não pretos no contexto do quilombo – se reconheçam como parte importante de nossa construção histórica.

Ao falar do reconhecimento do protagonismo e processo de resistência da mulher quilombola e as perspectivas para as futuras gerações, as entrevistadas afirmaram:

A minha expectativa para as novas gerações de mulheres, que elas tenham muito mais garra do que nós, muito mais força, que elas não deixem a nossa história morrer, a nossa história dos nossos antepassados. Sempre passar isso para os nossos filhos, que os nossos filhos também possam levar isso com eles, possam ser mulheres fortes, guerreiras, lutadoras, que nunca desistam dos seus sonhos, dos seus objetivos e passam fazer histórias assim como a gente está fazendo na sociedade, que possam ocupar mais os seus espaços na sociedade. Que essas mulheres possam ser mais intelectuais, que elas possam ter saúde de qualidade, mais educação, pelo avanço que a gente vê que está tendo na nossa sociedade (Margarida 5, 34 anos, em 12/09/2024).
Que as futuras gerações sejam mulheres guerreiras e que tenham mais oportunidades para ocupar o lugar que todas têm direito (Margarida 4, 28 anos, em 03/09/2024).

Nos aspectos de preservação e transmissão das tradições culturais, percebemos nas falas das entrevistadas uma postura de interação e reconhecimento em relação ao que estamos fazendo para resgatar e transmitir os saberes culturais de nossa comunidade. No entanto, temos a consciência de que é necessário que estejamos sempre em busca desses saberes, para que os mesmos não se percam nas entranhas do movimento contínuo das relações entre as culturas.

Nós percebemos uma mudança no papel da mulher quilombola na preservação e transmissão das tradições culturais. Como é que a gente percebe essa mudança? Através de encontros que são feitos dentro da comunidade que fortalecem o seguimento de nossas culturas (Margarida 5, 34 anos, em 12/09/2024).

Quando dialogamos sobre a constituição histórica e a relação de reconhecimento de nossa ancestralidade e do autor reconhecimento no que diz respeito à compreensão do ser quilombola, as entrevistadas da pesquisa expressam que, para elas, ser quilombola é *“reconhecer sua própria ancestralidade, lutar pelos nossos direitos na continuidade de nossa cultura e identidade”* (margarida 4). *“Ser quilombola é lutar pela nossa resistência e viver pela nossa igualdade”* (margarida 3). Em reconhecimento desse direito, sabemos que a nossa história nos foi negada por muito tempo e se observa que o nosso povo ainda tem dificuldades para compreendê-la. Não por falta de reconhecimento como quilombola, mas pela escassez de contato com a historicidade de um processo que limitou a nossa própria identidade. Dizemos isso, pelo fato de nos depararmos com certos aspectos que trazem o receio de se apresentar como pertencentes a essa etnia.

Outra questão em que as participantes se reconheceram, tratou sobre a compreensão do ser quilombola e do protagonismo feminino:

Ser quilombola para mim, é poder conhecer as nossas raízes e poder auto me identificar, participar do nosso festival, foi onde eu aprendi a importância de ser quilombola, participei de palestras, em que pude participar e ter a compreensão de nossa luta por nossos direitos e deveres. Eu me sinto uma mulher forte em poder lutar pelo nosso espaço na sociedade, quebrar as barreiras, ser guerreira e vencedora, pois, as mulheres sempre foram submissa ao homem, em cada dia estamos conquistando os nossos espaços, é poder me sentir livre para conseguir aquilo eu quero mesmo com algumas dificuldades, mas luto por meus objetivos (Margarida 2, 40 anos, em 05/12/2024).

Ao trazermos a compreensão do que é ser mulher em uma sociedade historicamente pensada e controlada por homens, as entrevistadas enfatizaram que não é uma tarefa fácil. A permanência do machismo e do patriarcado são fatores muito fortes em nossa sociedade, exigindo a construção de uma subjetividade capaz de enfrentar as relações de poder que fragilizam esse segmento.

É importante que haja enfrentamento as relações de gênero nos aspectos sociais dos que posicionam as mulheres, especialmente as quilombolas, oriundas de uma etnia que, em uma perspectiva desigual, permanece em condições de vulnerabilidades sociais que segregam os sujeitos, acentuados pela discriminação e preconceito internalizados nas relações sociais. Destacamos essa discussão para compreender como essas mulheres entendem a dinâmica de gênero, considerando que vivemos em um contexto social que nos impulsiona a uma constante reflexão sobre o que é ser mulher na sociedade e sobre os seus anseios de mudanças para uma sociedade onde todos tenham os mesmos direitos, independente de gênero, classe ou raça.

A entrevista Margarida 5, (34, anos, em 12/09/2024), compartilhou como se vê na sociedade hoje:

Ainda me vejo em uma sociedade muito machista, onde a oportunidade de trabalho para a mulher não é igual ao do homem, onde o salário do homem, mesmo ele fazendo o mesmo trabalho que a mulher, é sempre mais alto do que o da mulher. E ainda, dizem que lugar de mulher é na cozinha, lugar de mulher é cuidando dos filhos, que mulher não sabe nada. Tem um dizer que sempre costumo ouvir: “quer saber mais do que eu, sou homem”, o que já acho uma falta de respeito, querendo dizer que a gente é menos do que o homem, né? Então, isso é muito constrangedor para a mulher. O lugar da mulher é onde ela quiser, fazendo o que ela quiser, do jeito que ela quiser.

Já a entrevistada Margarida 3 (40 anos, em 05/09/2024), explicou: “Me sinto uma mulher mais forte, pelo fato de que quebrar as barreiras que existiu em relação as mulheres, as quais sempre foram submissas aos homens, foram usadas como cuidadora do lar”.

Ao falarmos sobre o protagonismo feminino e o contexto de vivência das entrevistadas, direcionamos nosso foco para as experiências, demandas, estratégias, iniciativas e percepções das mulheres quilombolas de Bracinho do Icatu. Refletimos sobre o empenho organizacional

dessas mulheres no contexto da dialética da própria comunidade, onde enfrentam o pensamento patriarcal que sempre tentou posicioná-las como propriedade e não como sujeitos capazes de tomar suas próprias decisões.

Ao trazer esse debate, enfatizamos o enfrentamento a um sistema patriarcal que, por muito tempo, destinou as mulheres exclusivamente ao cuidado do lar. No entanto, é nessa dinâmica que nasce o protagonismo dessas mulheres, que passam a ser gestoras de suas histórias, começando pela própria organização familiar, já que, durante muito tempo, esse foi o único espaço que lhes foi permitido.

Através da pesquisa e das vivências no quilombo, não apenas como sujeito participante deste trabalho, mas também como sujeito pertencente a este espaço, compreendemos que as mulheres da comunidade quilombola em destaque atuam de forma excepcional, rompendo com os paradigmas da hegemonia de poder das relações. Esta é uma herança de nossas ancestrais, que, mesmo sem oportunidades de acesso a conhecimentos intelectuais formais, foram sábias na organização de seus “redutos” de pertencimento.

Compreender e dialogar com as exposições trazidas pelas entrevistadas, é despertar para a imensidão de nossa representatividade. Ao mesmo tempo que acreditamos em nossa grandeza, também nos deparamos com as nossas fraquezas, pois há momentos em que a hegemonia do poder sufoca o nosso protagonismo. Falar sobre a mulher em uma sociedade mascarada por ideais e conceitos que segregam e oprimem as vozes, nos dá a certeza que precisamos estar sempre dispostas a lutar. Mas não vamos negar: às vezes, esses desafios nos oprimem, na tentativa de nos diminuir e dizer que não somos capazes. Ainda assim, reafirmamos que jamais desistiremos de nossos ideais e do desejo de construir um novo projeto de sociedade, onde o respeito esteja em primeiro lugar.

Neste contexto, destacamos os desafios enfrentados pelas mulheres da comunidade que, mesmo conscientes da importância de seu protagonismo, sabem que ele está envolto em um processo de resistência constante. Na dialética das vivências, das relações e do poder do capital, sempre haverá a negação de direitos, mesmo os mais básicos. É nessa dinâmica que a luta do movimento quilombola e a união das mulheres devem se fortalecer e tornar-se fundamentais na busca por nossos direitos constitucionais.

Sabemos que ser mulher em uma sociedade dominada por homens não é uma tarefa fácil, e ser mulher preta, ou de qualquer etnia tratada como inferiorizada, torna esse desafio ainda maior. Não é preciso ir muito longe para analisar esses fatores; basta olhar as mídias sociais do nosso país, onde encontramos relatos de segregação e opressão contra mulheres pretas, os quais são frequentemente discriminadores.

Resposta da entrevista Margarida 4 (28 anos, em 03/09/2024):

Os desafios enfrentados começa por ser uma mulher negra, o acesso as políticas públicas sempre foi um desafio. Eu como mulher tenho dificuldade em ter acesso na saúde e educação, de um atendimento para nós mulheres quilombola, a falta de informação sobre as políticas públicas são bem recorrente, pois não vemos nenhuma ação que divulguem os direitos das mulheres que pertencem as comunidades tradicionais. Me vejo com uma dificuldade em conseguir um trabalho, e a falta de respeito, por algumas atitudes, que somos abrigadas a tomar, que pra sociedade ainda é aceitável. Precisamos de mais apoio na agricultura familiar por exemplo, projetos voltados para as mulheres quilombolas, e ter uma assistência depois de sua implementação.

Resposta da entrevistada Margarida 5 (34 anos, em 12/09/2024):

Bom, eu vou falar sobre os desafios enfrentados pelas mulheres. Acredito que o primeiro desafio que a gente já enfrenta é por ser mulher negra. E o outro desafio é sobre as políticas públicas, a falta de informação. Agora não, que a gente já tem acesso às redes sociais, à internet, mas antes a gente não tinha informações e quando essa informação chegava, a gente já não tinha acesso, quando pensava que não, já tinha passado. A questão também de ir em busca dessas políticas públicas. A gente precisava [...] um exemplo, a minha mãe, quando começou a receber Bolsa Família, ela tinha que se deslocar da comunidade para ir em outra cidade, bem distante, como diziam [...] quando chegava, o dinheiro já ia tudo embora, só em viagem.

A entrevistada Margarida 1 (2024, em 03/09/2024) descreve que se admira com a forma como as mulheres vêm se desenvolvendo, principalmente na área econômica. Ela destaca a visibilidade dada às mulheres na maneira como cuidam de suas finanças, na manutenção da terra e no cuidado com meio ambiente. Também aprecia a participação política dessas mulheres, entre outros fatores que as fazem ser reconhecidas por seus legados. Ao descrever seu histórico familiar, ela compartilha os desafios e o protagonismo que as mulheres da sua família demonstraram.

[...] Assim, a Flor [nome dado a pessoa que a entrevistada descreveu em sua fala] ela sentiu sim a morte do marido dela. Mas, sobre os negócios, ela que fazia. O que aconteceu? Os filhos não ajudaram, era pra eles estarem lá em cima, mas infelizmente eles não há ajudaram, acho mesmo que desistiu de certas coisas, né! Mas, não por falta de não conseguisse administrar seus bens. Aí já volto lá na minha tia, falei assim, ela não sabia comprar um quilo de açúcar, ai meu tio faleceu primeiro do que ela, há, mas ela sofreu, sofreu. Tipo, a mamãe, ela era uma mulher analfabeta, mas ela tomava conta dos negócios dela. A partir que o papai adoeceu, ele entregou tudo para ela, o nome dela só foi retirado das coisas que ela fazia quando ela não deu mais conta, né! (Margarida 1, 59 anos, em 03/09/2024).

Trazemos esta fala porque nos remete à constituição histórica de mulheres que precisaram manter sua organização familiar através de seu protagonismo. Também percebemos, no contexto familiar, a presença da submissão ao patriarcado, e refletir sobre isso nos mostra o quanto avançamos, assim como nos permite identificar as lacunas que ainda oprimem o protagonismo da mulher quilombola em seu núcleo de vivência.

Partindo da construção histórica e das vivências no quilombo, trazemos para as discussões os direitos constitucionais, relacionando-os com as políticas públicas e as ações governamentais, para entender quais apoios o poder público tem demonstrado em relação à viabilização dos direitos das mulheres quilombolas.

Nesse contexto, as entrevistas revelam que o apoio do poder público é dado em parte, mas há uma necessidade de aperfeiçoamento e de minimizar as falhas relacionadas aos direitos das mulheres quilombolas. Não apenas as mulheres, mas de toda a comunidade quilombola que nem sempre é atendida de forma que a deixe satisfeita com os resultados das ações relacionadas aos direitos garantidos por lei. Elas mencionam algumas políticas públicas e ação governamentais que já puderam presenciar na comunidade.

Resposta da entrevistada Margarida 1 (59 anos, em 03/09/2024), sobre seus direitos sociais:

Em relação a assistência social eu vejo uma falta de assistência, pelo fato que temos mulheres dentro da comunidade, sofrendo por falta de assistência social, eu particularmente e a minha família no momento não estamos passando por isso, mas vejo certas mulheres passarem. Em relação a previdência tenho a minha aposentadoria, que para mim não é só uma aposentadoria, mas sim, uma liberdade financeira para a mulher.

A entrevistada Margarida 5, relata sua experiência de vida pontuando sua trajetória educacional, que nos chama a atenção para os desafios que passou, devido às circunstâncias de sua trajetória de vida, o que delimitou suas expectativas, a entrevistada reconhece que as dificuldades permeadas por diversos fatores que fragilizam o contexto de aprendizado dos sujeitos. Margarida 5 (34 anos, em 12/09/2024):

Em relação a educação, nós tivemos uma educação bem baixa, bem dificultosa. Eu principalmente pelo fato de eu trabalhar em casa de família, de não ter quase tempo para estudar, eu tive uma educação muito fraca, posso dizer assim! E depois a gente tem dificuldade com a falta de oportunidade, desde lá da base, chega um momento que a gente já não acha que a educação seja tão importante para a gente, mas é pelo fato de a gente não ter tido oportunidade lá na base, então, chega até dar um desanimo depois na gente de continuar estudando, porque a gente não teve o mesmo aprendizado do que tem hoje, né? E aí ficamos com medo de enfrentar os que estão aí. Hoje em dia, a gente sabe que tem muito mais tecnologia, as coisas são mais fáceis. Hoje em dia, até pra pagar, eles pagam para estudar, né. E a gente não tinha essa oportunidade, se deslocava distante, acordava de madrugada

para ir para a escola. Uma das maiores dificuldades enfrentada por mim foi quando eu tive que me deslocar da minha comunidade, do meu lugar, para ir para outra cidade, para trabalhar e estudar. Isso com apenas 12 anos de idade, que é o principal momento de aprendizagem da gente, que é a parte da adolescência, da juventude... ai, não vou conseguir falar essa parte.

Ao comparar com a realidade atual, onde a tecnologia facilita o acesso à educação e custos são “cobertos” por instituições, ressalta-se a desigualdade enfrentada por aqueles que viveram de contextos semelhantes ao da entrevistada. Ao enfatizar a infância dessa mulher, crucial para os momentos de aprendizado, interrompidos pelo compromisso de trabalhar em casas de famílias, voltamos ao ponto que Lélia Gonzalez apresenta em suas análises sobre o trabalho da mulher preta na sociedade brasileira: meninas negras foram obrigadas a trabalhar de graça nas casas de pessoas reconhecidas por sua posição social. Essa reflexão contém experiência própria, pois no movimento social, descrevemos essa situação como “o chicote só mudou de cor”, ilustrando ainda que somos forçadas a viver a herança perversa da escravidão, que de forma cruel, continua a nos assombrar até hoje.

Discutindo sobre seus direitos sociais, a entrevistada Margarida 5 (34 anos, em 12/09/2024), continua:

A saúde, como a gente mora em comunidade distante da cidade, não temos um posto de saúde onde posso verificar uma pressão, onde possa verificar uma diabete, se tá alta, se tá baixa. Temos o agente de saúde, mas o que ele faz não é suficiente para atender as nossas demandas, na cidade também encontramos muita dificuldade com as consultas médicas, como, por exemplo, vou falar de mim, estou há cinco anos esperando por uma cirurgia de mioma, se tivesse que morrer, já havia morrido, por falta de assistência na parte da saúde. Então, já era bastante dificultoso, e continua um pouco difícil, né, pra gente conseguir muita coisa na área de saúde (Margarida 5, 34 anos, em 12/09/2024).

Entrevistada Margarida 2 (40 anos, em 05/09/2024):

A gente tem dificuldade em acessar e alcançar políticas públicas. Exemplo: temos dificuldade em conseguir uma consulta devido nos termos que nos deslocar de um lugar para o outro, por falta de um posto de saúde. Temos um representante da saúde em nossa comunidade, mas que deixa a desejar, por não fazer o trabalho como deveria ser pra fazer.

Resposta da entrevistada Margarida 5 (34 anos, em 12/09/2024).

Em relação as políticas públicas e as ações governamentais, agora, de tanta insistência, de tanto correr atrás, eles até tentam apoiar nós mulheres, mas como é que tentam? Com projetos. Só que esses projetos, quando vem, a gente tem dificuldade em acessar. Nesses projetos, eles pedem coisas que a gente tem dificuldade em fazer para ter realmente o acesso ao projeto.

Margarida 2 (40 anos, em 05/09/2024), ao prosseguir com sua argumentação, descreve o apoio que a comunidade recebeu do poder público, mas também aponta lacunas e desafios na abordagem das políticas públicas, afirmando que:

O cheque moradia que é a política de habitação, a vacina no tempo da Covid-19. Educação, reabertura da nossa escola que possibilitou as crianças menores a estudarem, esse foi o amparo recebido por nós. O ponto negativo, é que infelizmente o poder público não manteve com o serviço de manutenção da nossa escola como prometeram.

Neste contexto atual e diante dos desafios enfrentados, abordamos o período pandêmico, em que nos deparamos com as fragilidades do sistema das políticas públicas. Também observamos a permanência de ideologias segregadas, que mostraram suas verdadeiras faces justamente no momento em que mais precisava de apoio para lidar com as vulnerabilidades sociais.

Mencionamos o momento pandêmico, não para enfatizá-lo, pois não é nosso objetivo de estudo, mas para pontuar as forma de preconceito que o povo quilombola enfrentou. Esse preconceito, que acreditávamos estar superado pela sociedade, revelou-se neste período, expondo a verdadeira face do nosso país e mostrando que ainda o pensamento colonial ainda é predominante em boa parte da sociedade. Mais uma vez, o preconceito mostrou sua força, e foi durante esse período que percebemos o retrocesso nas nossas conquistas no marco histórico de no país.

Abramides (2021), em sua obra intitulada "O marxismo e questões étnico-raciais: desafios contemporâneos", apresenta uma reflexão crítica sobre a temática, destacando os desafios e enfrentamentos que a população brasileira vivenciou durante a pandemia de Covid-19. Ela aponta que, embora tenha sido afetados, o impacto foi bem mais devastador para as camadas minoritárias.

Podemos imaginar que, para as comunidades remanescentes de quilombo, essa realidade não foi diferente. Essas comunidades se organizaram com estratégias próprias de isolamento, especialmente porque o poder público não ofereceu suporte imediato e adequado para sua proteção. Aqui, podemos acreditar que as gestões governamentais não estivessem preparadas para enfrentar uma situação de tal gravidade.

Na região da Amazônia Tocantina, os quilombos foram fechados e traçaram estratégias de isolamento social. No quilombo de São Tomé de Bracinho do Icatu, por exemplo, foram organizadas escalas que determinavam quantos dias por semana as pessoas podiam sair para comprar e vender mantimentos essenciais. Encontros e eventos foram suspensos, assim como outras atividades que faziam parte da rotina da comunidade. Fomos umas das comunidades

étnicas a receber a vacina contra o vírus da Covid-19, o que nos trouxe satisfação, mas também um sentimento contraditório, pois naquele momento, a vacina ainda não estava disponível para toda a população.

Assim, mais uma vez, percebemos o quanto o pensamento eurocêntrico esta impregnando nos sujeitos que compõem a nossa sociedade. Tivemos que ouvir, diversas vezes, comentários afirmando que o povo quilombola e indígena “não eram melhor que ninguém” para receber a vacina primeiro. Também enfrentamos resistência dentro da própria comunidade em relação à vacina, pois muitos diziam que não queriam servir de “cobaia” e comentavam: “se a vacina veio primeiro para as comunidades, é porque não é coisa boa”.

Essa obra permite uma reflexão sobre todo o processo histórico e civilizatório, destacando as lutas de classe que sempre buscaram construir um projeto de sociedade mais justa e igualitária. A narrativa nos chama a atenção para os ditames do sistema capitalista e neoliberal, que, segundo a autora, já deixava seu rastro de destruição desde a década de 1970, ao oprimir progressivamente o acesso a direitos social e universais.

A somatória dessa equação perversa mostra, novamente, o esgotamento do capitalismo, ancorado em um Estado moldado aos interesses dominantes de uma burguesia nacional submissa e operante para o incremento do grande capital. Um país de democracia frágil, que ora busca sustentar-se com o apaziguamento pela negação e/ou repressão à luta de classes, ora se apega em ilusões pela desfaçatez da conciliação de classes. Considerando as particularidades da formação social do Brasil, sabemos que estamos em face de um grande desafio, que, em sua trajetória, se coloca como questão: como superar uma sociedade fundada na relação de dependência do grande capital e no mito da democracia racial? (Abramides, 2021, p. 10-11).

Com esta, perspectiva, alinhamo-nos à autora na questão étnico-racial, que converge com o processo de luta de classes sociais, no qual as comunidades tradicionais, como as quilombolas, estão constantemente em busca do reconhecimento da dívida histórica que o Brasil tem para com o nosso povo. Ao abordar essa questão, compreendemos que nossas reivindicações são permeadas de avanços e retrocessos, muitas vezes em razão da questão étnico-racial. Nesse entendimento, reforçamos em nossas organizações (associações, coletivo de mulheres, rede de apoio as mulheres, educação) que não queremos estar acima e nem abaixo de ninguém – queremos apenas nossos espaços de direito,⁷ um direito que é nosso. As elites capitalistas e neoliberais deste país precisam compreender que sempre lutamos pelos nossos direitos. O conceito de luta está no nosso sangue, e, assim, como nossos antepassados lutaram pelas gerações futuras, nós também lutaremos por aqueles que virão depois de nós.

⁷ Estamos falando dos espaços acadêmicos, políticos, econômico, sociais, culturais, religioso, território, entre outros espaços que podemos estar.

A partir do entendimento desta narrativa, buscamos, para maior compreensão, a análise do texto de Eliete Barbosa (2015), apropriando-nos de algumas de suas argumentativas que remetem a nossas vivências em espaços de pertencimento.

As diversas formas de opressão e segregação que ainda existem no Brasil são evidenciadas por nós mulheres nas vivências e experiências de vida, nas quais nos reconhecemos como indivíduos inseridos em uma dialética social. É nesse contexto que precisamos adotar posições críticas sobre a realidade vivida e sobre a subjetividade de cada grupo envolvido.

Nesse sentido, a autora realiza um apanhado histórico e destaca o quanto as mulheres enfrentaram desafios para alcançar visibilidade na questão social, ao resistirem à ideologia patriarcal e às imposições do sexismo, bem como às pressões emergentes das expressões da questão social, fruto do poder capitalista. Contudo, é importante ressaltar que as mulheres pretas e de etnias não hegemônicas não aparecem com destaque nesse processo de construção histórica não por não estarem engajadas na luta, mas por serem parte dos sujeitos considerados desvalorizados pela sociedade. Esta sociedade mantém uma relação de poder que historicamente nega o reconhecimento do protagonismo e legado de luta dessas mulheres consideradas de etnia minoritárias.

Como descreve Gonzalez (1988) em suas narrativas sobre as vozes silenciadas de mulheres pretas, em um contexto do feminismo branco e propagação do antirracismo, essas vozes continuam sendo apagadas a todo momento.

As nossas vozes, de mulheres negras e de etnias racialmente marginalizadas, são silenciadas diariamente quando as portas da inclusão social são fechadas. É sobre esses fatores que podemos fazer uma leitura crítica da realidade vivida por nós, permitindo-nos fortalecer e rearticular o processo de luta por nossos direitos, em busca da nossa emancipação humana, que tanto desejamos.

Ao trazer nossas vivências para o debate, queremos compartilhar as nossas conquistas, vitórias e, principalmente, os desafios que enfrentamos na atualidade. Mesmo conquistando espaços relevantes pelo contexto social, ainda somos atravessadas pelo racismo institucional, que se manifesta por meio de palavras disfarçadas de gentileza, dizendo que não nos encaixamos em determinado perfil institucional. Ou seja, mesmo que tenhamos todas as capacidades profissionais, o racismo sempre se faz presente de forma mais decisiva.

Isso se configura pela realidade de fazermos parte de uma sociedade racista, que delega a inferioridade aos sujeitos e determinam em que posição da pirâmide hierárquica cada um se encontra, quais profissões deve seguir, e quando nos permite ingressar no mercado de trabalho, ainda é determinado pelo sistema do poder capitalista, que escolhe em qual profissão devemos atuar, geralmente aquelas relacionadas ao cuidado.

Dessa forma, sendo mulher preta e pertencente a uma comunidade tradicional, muitas vezes o protagonismo profissional dessas mulheres é negado, o que acaba se tornando um desgaste pessoal. Elas enfrentam todas as formas de racismo e os desafios impostos pelo sistema, que ainda se fazem presentes no espaço de conquista social.

Quando refletimos mais profundamente sobre a conjuntura de formação social, é impossível não perceber os fatos históricos de segregação e opressão, que continuam presentes em nosso cotidiano. Somos forçadas a sentir na pele todas as formas de exploração, e, como descreve Barbosa (2015), acabamos nos tornando “matrizes de opressão”, conceito que ela explora em seu estudo sobre as pesquisas realizadas em bairros periféricos da cidade de São Paulo.

Quando nos organizamos como movimento social, o fazemos com o intuito, ou melhor, com a esperança de eliminar as posturas de opressão que já deveriam ter sido extintas de nossa sociedade.

Ao construir um arcabouço teórico para descrever este trabalho, nos deparamos com as contribuições de Lélia Gonzalez, entre outros autores e autoras como Eliete Barbosa, cujas obras, ao mesmo tempo que nos provocam indignação, nos oferecem uma reflexão profunda e necessária as dinâmicas das relações sociais. Ao ler Lélia, encontramos uma autora com posicionamentos únicos sobre esta dialética. De igual forma, ao conhecer suas vivências como mulher preta e universitária, nos deparamos com a manifestação de posicionamentos que refletem as experiências de segregação e opressão vividas na sociedade Brasileira.

Quando falamos da opressão perversa que a população negra deste país tem enfrentado no decorrer de nossa história, pode parecer um discurso radical. Contudo, vamos trazer o exemplo sobre a vida de Zumbi de Palmares que dedicou suas vidas pela liberdade de seu povo como foi muito bem pontuado por Gonzalez (1988) que “ao morrer, Zumbi continua vivo na consciência de seu povo e também na dos opressores desse povo” que reflete as dores que compartilhamos, pois elas são nossas, e nos atravessa de geração em geração. O que nos faz rebelar contra opressor. Hoje, essa história se reflete em nosso povo, que vive segregado à margem da sociedade e precisa lutar contra os pensamentos hegemônicos que ainda tentam nos subjugar.

Temos a plena consciência de que vivemos em uma sociedade sem limites quando se trata de opressão e segregação, principalmente contra os povos étnicos. O contexto social em que estamos inseridos parece que não quer dar espaço para aqueles que estão à margem, mas que, ainda assim, fazem parte da estrutura social. Apesar de nos apropriarmos dos meios intelectuais, da compreensão de sociedade, da luta contra a hegemonia do poder opressor, e das vozes que tentam invisibilizar nossa história, ainda percebemos que a hegemonia colonial permanece muito presente.

Como povo tradicional, nos preocupamos com as futuras gerações de mulheres e homens, pois percebemos que nossos meios educacionais, uma das políticas sociais mais importantes para o desenvolvimento humano, negam-se a ensinar sobre os povos tradicionais. Um exemplo disso é a Lei 10.639 de 2003, que torna obrigatória a inclusão do ensino de “Historia e Cultura Afro-Brasileira” nos currículos oficiais. No entanto, essa lei é frequentemente negligenciada, e a valorização dos saberes tradicionais, que se mesclam com os saberes formais, ainda é uma realidade distante nas instituições de ensino de nosso país.

No entanto, a história que nos é contada nos traz inquietações, algo com o qual concordamos com Eliete Barbosa (2015), quando compartilha suas vivências e suas inquietações sobre as condutas de gênero. Ela nos desafia a questionar: porque o homem tem certos direitos e a mulher não tem? Essas inquietações foram fundamentais para que a autora escrevesse sobre o contexto social das mulheres, e tudo isso, começa em sua infância. Como intelectual, ela não aceitou aquilo que lhe foi imposto como destino, desafiando as formas distorcidas e os discurso coloniais que sempre tentaram nos fazer acreditar como verdades absolutas.

Ao falar sobre a mulher preta, Barbosa (2015) discute a questão das matrizes, apontando que a mulher acaba sendo uma matriz de opressão. Ela se refere à mulher preta como matriz de opressão porque ela está constantemente sujeita aos estigmas sociais impostos pela sociedade.

Diante de todos esses aspectos mencionados, incluindo diversos desafios enfrentados para a redação, a escrita desse Trabalho de Conclusão de Curso apesar de que foi de extrema importância para a autora, pois parte de suas próprias inquietações como pesquisadora e como liderança no movimento quilombola. Desde o momento em que ingressou no curso de bacharelado em Serviço Social, havia pensado em sua linha de pesquisa, que seria relacionado às mulheres de sua comunidade. Portanto, a escolha de seu objeto de estudo, já estava dada. Ao longo de sua formação, foi delimitando melhor esse objeto, que visava compreender uma realidade vivida, um conhecimento que muitas vezes se camufla na dinâmica do cotidiano e

que, frequentemente, passa despercebido, considerado parte da normalidade.

Foi esse o porto de partida para a compreensão da resistência e do protagonismo da mulher dentro da dinâmica das relações sociais, e para reconhecer sua importância como sujeito ativo e histórico, tanto para o quilombo quanto para a sociedade brasileira.

4 CONCLUSÃO

O ponto de chegada deste estudo marca, simultaneamente, um ponto de partida para novas contribuições sobre o processo de resistência e protagonismo das mulheres quilombolas de Bracinho do Icatu. Essas escritas finais conectam as trilhas de um recorte temporal de formação ao curso de bacharel em Serviço Social às vivências e as percepções despertadas durante a pesquisa de campo. As contribuições das entrevistas foram fundamentais para dar forma e profundidade a este trabalho, gerando questões que ainda carecem de estudos em pesquisas futuras.

A pesquisadora que deu início a esta pesquisa, não é a mesma que conclui. A escrita do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) foi um processo intenso, acompanhado pela pesquisa de campo. Perdi a conta de quantas noites fiquei em claro, escrevendo e reescrevendo, interpretando e reorganizado ideais para que este trabalho ganhasse vida. Ao revisitar as vivências de mulheres do meu povo, refleti sobre as inúmeras histórias que, embora ausentes das páginas da história oficial, são parte integral das trajetórias de resistência de muitas Margaridas e Dandaras, mulheres que lutam constantemente pelos seus ideais.

Desde o início, procurei dialogar com autores que abordam o protagonismo da mulher, em especial da mulher quilombola, para entender esse sujeito histórico tanto no contexto da sociedade brasileira, quanto no da própria comunidade quilombola de São Tomé de Bracinho do Icatu. O resultado foi traçado em conjunto com minha orientadora, desembocando na escrita deste trabalho, fundamentado nas vivências, experiências e relatos de cinco entrevistadas. Para o povo quilombola, a oralidade é de suma importância, pois nossos anciãos – pretos e pretas velhas – são os nossos “livros vivos” que transmitem nossa cultura e memória de geração em geração.

Essa transmissão de saberes remete a um dos pontos centrais que deram suporte ao recorte da pesquisa: a resistência e o protagonismo da mulher quilombola. Uma realidade a ser problematizada, nada é novo na dialética das vivências; é necessário pautar os desafios vividos, somos seres sociais e o ser humano tem a capacidade de mudar a sua realidade. Como Nelson Mandela, um dos maiores líderes pretos da história, afirmou: “ninguém nasce odiando outra

pessoa pela cor de sua pele, ou por sua origem, ou sua religião. Para odiar, as pessoas precisam aprender, e se elas aprendem odiar, podem ser ensinadas a amar”.

Entre os dois movimentos centrais analisados –o protagonismo da mulher quilombola e a resistência das raízes e ancestralidade quilombolas–, a primeira seção discutiu a historicidade do processo de resistência e luta das mulheres quilombolas e não quilombolas no contexto da sociedade brasileira. Essa história é marcada pela luta contra todas as formas de opressão, segregação dos corpos e silenciamento das vozes, fundamentada na compreensão da interseccionalidade entre classe, gênero e raça-etnia, que revelam as estruturas patriarcais, racistas e sexistas que historicamente descaracterizam a mulher enquanto sujeito de direitos e protagonistas de sua própria história.

As experiências compartilhadas pelas cinco entrevistadas permitiram dar visibilidade às lacunas históricas e aos desafios enfrentados pelas mulheres quilombolas, principalmente no Baixo Tocantins. Esses relatos evidenciam a luta pela preservação de direitos, pela valorização da identidade cultural e pelo reconhecimento do papel central dessas mulheres como agentes de transformação em suas comunidades e na sociedade.

Na segunda seção, pela relação entre as experiências e o discurso das narrativas, destacaram-se os relatos das vivências sobre a espacialização produzida pela história do local, considerando ainda, o espaço dos saberes, conhecimentos, experiências e identidades. Esses elementos reforçam o sentido de pertencimento a um ambiente que é transformado cotidianamente.

Ainda nessa seção, foi apresentada uma análise crítica sobre a atuação do poder público em relação às comunidades descritas como tradicionais, evidenciando a necessidade de políticas públicas que atendam suas demandas emergentes. Com isso, torna-se indispensável apontar as tensões que surgem em meio ao movimento social, que apresenta os marcos históricos destacado pela pesquisadora e pelas entrevistadas, para explicar o processo de resistência e protagonismo da mulher quilombola frente aos inúmeros desafios perpassados pelas vivências. Tais narrativas relembram as diversas lutas que foram necessárias para que a mulher quilombola seja reconhecida como protagonista de sua própria história.

Afirmo que a minha ancestralidade sempre gritou dentro de mim. O desafio de escrever este trabalho me deixou agraciada diante de tantas descobertas, permitindo-me ser radical e ao mesmo tempo que acalmei as angustias sobre histórias que não me foram contadas, principalmente aos bancos da escola que frequentei. Contudo, graças os nossos pretas e pretos velhos, que são os nossos livros, que transmitem a história de geração em geração, oferecendo subsídios fundamentais para minha pesquisa sobre a resistência de

mulheres que são herdeiras do protagonismo de nossas ancestrais.

O compartilhamento das vivências das participantes de pesquisa, semeou saberes e conhecimento acerca dos espaços de pertencimento, constituídos através do território e da territorialidade no quilombo. Esses relatos confirmam a riqueza das experiências coletivas e a relevância do território como um lugar de luta e identidade.

Nesse ponto, retorno às palavras frequentemente mencionadas ao longo deste trabalho, revisitando os momentos iniciais desta jornada, quando me deparei com os desafios de delimitar meu objeto de estudo: a resistência e o protagonismo da mulher quilombola. Aos poucos, porém, inspirei-me em biografias como de Zélia Gonzalez e as vivências das Margaridas. Durante os vívidos relatos, a emoção invadia as falas, especialmente quando falávamos de nossas ancestrais. Esse sentimento só aumentava, pois temos plena consciência do poder de nossos ancestrais. É essa certeza que nos permite manter a organização e a força dos nossos “redutos” de pertencimento, assegurando que as raízes da resistência e do protagonismo quilombola siga a lógica das Margaridas e continuem a florescer.

REFERÊNCIAS

ABRAMIDES, Maria Beatriz Costa (org.). **Marxismo e questão étnico-racial: desafios contemporâneos**. São Paulo: EDUC, 2021.

AKOTIRENE, Carla. **Interseccionalidade**. São Paulo: Sueli Carneiro; Pólen, 2019.

ALVES, Álvaro Marcel. O método materialista histórico dialético: alguns apontamentos sobre a subjetividade. **Revista de psicologia da UNESP**, v.9, n.1, 2010.

AMADOR, Zélia de Deus. **Ananse tecendo teias na diáspora: uma narrativa de resistência e luta das herdeiras e herdeiros de ananse**. Belém: Secult/PA, 2019.

ARQSBI, **Associação de Remanescente de Quilombo São Tomé de Bracinho do Icatú**, 2023.

BARBOSA, E. E. **Na militância para o reconhecimento: um estudo de mulheres negras ativistas na cidade de São Paulo**. São Paulo: PUCSP, 2015 (dissertação de mestrado).

BRASIL. **Constituição Federal 1988**. Brasília, DF: Senado Federal, 2022.

CARDOSO, Cláudia Pons: Amefricanizando o feminismo: o pensamento de Lélia Gonzalez. **Revista estudos feministas**, Florianópolis, 22(3): 320, 2014.

CARVALHO, Marina Vieira. Vadiagem e criminalização: a formação da marginalidade social no Rio de Janeiro de 1888 a 1902. **ENCONTRO REGIONAL DE HISTÓRIA**. 12., 2006. **Anais ANPUH Rio de Janeiro “Usos do Passado”**. Rio de Janeiro: ANPUH-RJ, 2006.

CARVALHO, Luciana. Pará apresenta balanço sobre os primeiros “resultados do censo 2022” no estado. **O Liberal**, 30.06.2023. Disponível em: www.oliberal.com/economia/IBGE-Pará-apresenta-balanço-sobre-os-Primeiros-Resultados-do-Censo-2022-no-Estado-Economia-O-Liberal. Acesso em: 01.11.2024.

CONAQ. **Terra titulada liberdade conquistada e nenhum direito a menos**. Disponível em: <https://conaq.org.br/noticias/nenhum-quilombo-a-menos-2/>. Acesso em: 02/02/2024.

DIALLO, Cintia Santos. **Ensaio sobre racismo: pensamento de fronteira**, 2019.

FRANCO, Maria Amélia Santoro. **Educação e pesquisa**. São Paulo, v. 31, n. 3, p. 483-502, set./dez. 2005.

GONZALEZ, Lélia. **Por um feminismo afro-latino-americano**. Realizado em Valença, Rio de Janeiro, de 2 a 4 de dezembro de 1988.

HERMINIO, Beatriz. EVARISTO, Conceição. **A escrivência carrega a escrita da coletividade** 11/11/2022- Instituto de Estudos Avançados da Universidade de SP. Disponível em <http://www.iea.usp.br/noticia/a-escrevivencia-carrega-a-escrita-da-coletividade-afirma-conceicao-evaristo>. Acesso em 15/11/2024.

MALUNGU. Comunidades – Malungu – Coordenação Estadual das Associações das Comunidades Remanescentes de Quilombo do Pará. Disponível em: <https://alungu.org/comunidade-1/>. Acesso em: 02/02/2024.

MALUNGU. Cartilha Quilombos do Pará: reafirmando identidades. Disponível em: <http://malungupara.wordpress.com/> www.facebook.com/malungu.pa. Acesso em: 02/02/2024.

MAMIGONIAN, Beatriz G. O Estado nacional e a instabilidade da propriedade escrava: a Lei de 1831 e a matrícula dos escravos de 1872. **Almanack**, Guarulhos, n. 2, p. 20-37, jul.-dez. 2011.

OLIVEIRA, Dennis de. **Racismo estrutura**: uma perspectiva histórico-crítica. São Paulo: Editora Dandara, 2021.

PINTO, Benedita Celeste de Moraes. **Filhas das matas**: práticas e saberes de mulheres quilombolas na Amazônia Tocantina. Belém: Açaí, 2010.

PORTELA JÚNIOR, Aristeu; LIRA, Bruno Ferreira Freire Andrade. Améfrica Ladina e a crítica à democracia racial em Lélia de Almeida Gonzalez, **Horiz. antropol.**, Porto Alegre, ano 28, n. 63, p. 105-131, maio/ago. 2022.

QUEIROS, Fabrício. Pará tem 67 municípios com populações quilombolas. **O Liberal**, 27.07.2023. Disponível em: [https://www.oliberal.com/economia/para-tem-67-municipios-com-populacoes-quilombolas1.709685#:~:text=Par%C3%A1%20tem%2067%20munic%C3%ADpios%20com%20popula%C3%A7%C3%B5es%20quilombolas%2C%20mostra%20IBGE,-Comunidades%20tradicionais%20tem&text=O%20Estado%20do%20Par%C3%A1%20tem,Geografia%20e%20Estat%C3%ADstica%20\(IBGE\)](https://www.oliberal.com/economia/para-tem-67-municipios-com-populacoes-quilombolas1.709685#:~:text=Par%C3%A1%20tem%2067%20munic%C3%ADpios%20com%20popula%C3%A7%C3%B5es%20quilombolas%2C%20mostra%20IBGE,-Comunidades%20tradicionais%20tem&text=O%20Estado%20do%20Par%C3%A1%20tem,Geografia%20e%20Estat%C3%ADstica%20(IBGE).). Acesso em: 01.11.2024.

RIBEIRO, Joice. **Ensaio sobre racismo**: pensamento de fronteira. [S.l.]: [s.n.], 2019.

ROCHA, Niel. **A educação quilombola e a reprodução cultural afrodescendente**. Marigá: Viseu, 2018.

RODRIGUES, Cristiano. ANDRADE, Darlane Silva Vieira, MANO, Maíra Kubik ZUCCO, Maise Caroline, ARAÚJO, Janja. **Territorialidades**: dimensões de gênero, desenvolvimento e empoderamento das mulheres. Salvador: EDUFBA, 2018.

SANTOS, Rosiane Pereira; VIANA, Maria Raquel Paes. **Produção de escritas baseados nos relatos orais das pessoas mais velhas da comunidade**. 2020.

APÊNDICE A – TCLE

Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE)

VÍNCULO INSTITUCIONAL DA PESQUISA: Faculdade de Serviço Social (FACSS-Breves)

TÍTULO DO PROJETO DE PESQUISA: Mulher Quilombola como Símbolo de Resistência: Serviço Social e o Protagonismo da Mulher Quilombola: Um estudo no Quilombo de Bracinho do Icatu Baião-Pará

RESPONSÁVEL: Rosiane Pereira dos Santos

ORIENTADORA: Prof^ª. Dr^a Christiane Pimentel

OBJETIVO GERAL: Compreender as percepções, experiências e demandas das mulheres quilombolas do Quilombo de Bracinho do Icatu, considerando o papel desempenhado pelo Serviço Social no apoio ao processo de protagonismo feminino e na construção de uma sociedade mais justa e igualitária.

JUSTIFICATIVA: Compreender a constituição histórica do ser mulher e ser quilombola no contexto da sociedades brasileira, com destaque ao protagonismo das condições sociais, econômicas, políticas e culturais no quilombo de São Tomé de Bracinho do Icatu. Assim como, mapear as estratégias e iniciativas autônomas desenvolvidas pelas mulheres quilombolas deste território para fortalecer sua participação e influência na comunidade. Compreender as práticas e estratégias adotadas por assistentes sociais vinculadas à política de assistência social neste Quilombo para abordar os desafios enfrentados pelas mulheres quilombolas, identificando suas contribuições para a promoção do protagonismo feminino e para atender às demandas específicas desse grupo em uma conjuntura de resistência.

Rosiane Pereira dos Santos, discente da Faculdade de Serviço Social, do *Campus* Universitário do Marajó-Breves (FACSS-Breves) da Universidade Federal do Pará (PPGSS/UFPA), convida-o/a para participar da pesquisa, que objetiva compreender as percepções, experiências e demandas das mulheres quilombolas do Quilombo de Bracinho do Icatu, considerando o papel desempenhado pelo Serviço Social no apoio ao processo de protagonismo feminino e na construção de uma sociedade mais justa e igualitária.

A sua participação na pesquisa não implicará nenhum custo, nem qualquer vantagem financeira. Sua participação é voluntária, de modo que em qualquer momento da realização da pesquisa, você poderá retirar seu consentimento, sem qualquer prejuízo.

De acordo com a Resolução nº 510/2016 do Conselho Nacional de Saúde (CNS), os **possíveis**

riscos na participação da pesquisa, envolvem: “XXV – risco da pesquisa: possibilidade de danos à dimensão física, psíquica, moral, intelectual, social, cultural do ser humano, em qualquer etapa da pesquisa e dela decorrente”, com a participação pode ocorrer diversos fatores como: 1) o cansaço em responder as perguntas relacionadas a pesquisa 2) invasão de privacidade ao responder questões sensíveis 3) Tomar o tempo do sujeito ao responder ao questionário/entrevista. 4) Considerar riscos relacionados à divulgação de imagem, quando houver filmagens ou registros fotográficos.

Para **minimizar os riscos inerentes** em todas as fases da pesquisa, a pesquisadora responsável conduzirá a pesquisa 1) com respeito a identificação do participante, 2) apresentar na transcrição da pesquisa nome fictício para identificá-lo, 3) garantir que a escrita do trabalho seja feita pela pesquisadora responsável, 4) identificação e relatos só serão transcritos com a devida autorização do participante, 5) Garantir que sempre serão respeitados os valores culturais, sociais, morais, religiosos e éticos, bem como os hábitos e costumes das comunidades, 6) Assegurar a confidencialidade e a privacidade, a proteção da imagem e a não estigmatização, garantindo a não utilização das informações em prejuízo das pessoas e/ou da comunidade inclusive em termos de autoestima, de prestígio e/ou econômico – financeiro.

Entre os **benefícios esperados com os resultados da pesquisa**, citam-se que “*considerando a produção científica deve implicar benefícios atuais ou potenciais para o ser humano, para a comunidade na qual está inserido e para sociedade, possibilitando a promoção de qualidade digna de vida a partir do respeito aos direitos civis, sociais, cultural e a um meio ambiente ecologicamente equilibrado*”⁸, no que possa contribuir para a produção de outros trabalhos relacionados as comunidades quilombolas e ao Serviço Social nas comunidade tradicionais.

Os resultados serão apresentados publicamente, na UFPA, por ocasião da defesa do Trabalho de Conclusão de Curso e você como participante da pesquisa poderá solicitar gratuitamente por tempo indeterminado o envio do resultado final em meio digital, por e-mail da pesquisadora responsável (santospereira01983@gmail.com)

CONTATOS

Pesquisadora Responsável: santospereira01983@gmail.com / Tel: (91) 98478.2652.
Orientadora: christiane@ufpa.br / Telegram: Chris_Pimentel.

Declaração de Consentimento

Declaro que entendi o estudo e que tive a oportunidade de ler o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) da pesquisa de Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) intitulada “Mulher Quilombola como Símbolo de Resistência: Serviço Social e o Protagonismo da Mulher Quilombola: Um estudo no Quilombo de São Tomé de Bracinho do Icatu Baião-Pará”, que objetiva XXXX

Autorizo a minha inclusão neste estudo, como uma das pessoas entrevistadas.

Ao assinar este Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), não renuncio a nenhum dos meus direitos legais.

Este documento será assinado em duas vias, sendo que uma via ficará comigo e outra com o pesquisador.

Cidade/Estado: _____/_____, ____ de ____ de 2024.

Assinatura do Participante da Pesquisa

Pesquisadora Responsável

⁸ GUERREIRO, Iara Coelho Zito: Grupo de Trabalho em Ciências Humanas e Sociais, Comissão Nacional de Ética em Pesquisa. R, Líbero Badaró-lado ímpar, centro.01009-000 São Paulo SP Brasil. 2016. iarag@usp.br.

APÊNDICE B – ROTEIRO DE ENTREVISTA

QUESTIONÁRIO SEMIESTRUTURADO DE PESQUISA DE CAMPO

1- **Dados do preenchimento do questionário:** ____/____/____ **Horário** ____:____h

2- **Dados pessoais:**

Gênero: Masc. () Fem. () outros: _____ Idade _____ anos

Estado civil: Solteira () Casada () Outros: _____ Escolaridade: Analfabeto ()

Fundamenta C () I () Médio C () I () Superior C () I ()

3- **Renda:**

a) Quais seus principais meio de renda?

() Agricultura familiar () Trab. assalariado () Extrativismo () Pesca () Autônomo ()

Outros: _____.

4- **Benefícios do Governo:**

a) Você recebe algum benefício de governo?

() Bolsa Família () Seguro Defeso () Pé de meia () cheque moradia () Bolsa Estudo

Outros: _____

5- **Compreensão das participantes da pesquisa:**

Direitos Sociais

5.1 Quais são os principais desafios enfrentados pelas mulheres quilombolas em termos de acesso a políticas públicas, como assistência social, educação, saúde, previdência social?

5.2 De que maneira as políticas públicas e as ações governamentais têm apoiado ou falhado em apoiar as mulheres quilombolas? O que poderia ser feito?

6 Gênero, Resistência, Protagonismo, Mulheres Quilombolas

6.1 No contexto da sociedade brasileira e nos ensinamento que já nos foram repassados o quer é ser quilombola para você?

6.2 Como você se ver mulher em uma sociedade que sempre foi pensada e delegada pelos homens?

6.3 Quais são as experiências, demandas, estratégias, iniciativas e percepções da mulher quilombola do Bracinho do Icatu sobre o protagonismo feminino?

- **O que você entende da palavra protagonismo?**
- **O que você descreveria sobre a palavra (conceito) RESISTÊNCIA?**

7 Poderia falar sobre algum projeto ou iniciativa liderada por mulheres quilombolas que você achou importante para a comunidade? Qual o impacto dessa iniciativa?

8 Em relação as novas gerações, como você imagina o futuro das mulheres quilombolas em termos de protagonismo e resistência? Quais suas esperanças e expectativas para essas próximas gerações.

9 Sobre a tradição cultural

- Como você percebe o papel das mulheres quilombolas na preservação e transmissão das tradições culturais e históricas da comunidade?

APÊNDICE C – FOTOGRAFIAS COLETIVO DE MULHERES



Fonte: arquivo pessoal de Rosiane Pereira dos Santos



Fonte: arquivo pessoal de Rosiane Pereira dos Santos



agradecimento
O coletivo de Mulheres em Ação

Compartilhado Saberes tem a hora de agradecer a todos os parceiros que contribuem para o crescimento do coletivo com a visão de um projeto de sociedade mais igualitário que visa a sustentabilidade de nossos territórios quilombola.

Fonte: arquivo do coletivo das mulheres